



EMENTÁRIO 2015



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA-GERAL



CENTRO DE ESTUDOS

Nº 02 – Ano 2016

cestudos@pge.pa.gov.br

O Centro de Estudos realizou o levantamento da legislação estadual publicada em 2015, ano em que foram sancionados 716 textos legais. Em termos estatísticos, registram-se Emendas Constitucionais (0,70%), Leis Complementares (1,25%), Leis Ordinárias (35%), Decretos Legislativos (2%), Decretos (26%), Portarias (19%), Instruções Normativas (6%) e Resoluções (10%).

TIPO	QUANT.
Leis Ordinárias	252
Decretos	184
Portarias	138
Resoluções	66
Instruções Normativas	46
Decretos Legislativos	16
Leis Complementares	9
Emendas Constitucionais	5

Toda a legislação publicada em 2015 foi inserida na base ARQLEG e está disponível para consulta. O CEstudos também organizou um ementário para facilitar a consulta de todos, o que pode ser conferido abaixo.

EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 63, DE 24 DE JUNHO DE 2015.

Altera a alínea “b”, do inciso I, do art. 161, da Constituição do Estado do Pará.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 64, DE 9 DE SETEMBRO DE 2015

Acrescenta parágrafo único ao art. 120 da Constituição do Estado do Pará, para uniformizar a nomenclatura do cargo de Auditor.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015.

Altera a redação do caput do art. 285, e § 3º, e acrescenta os §§ 5º, 6º, 7º e 8º ao art. 285 da Constituição do Estado do Pará.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 66, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Acrescenta o inciso IX ao art. 255 da Constituição do Estado do Pará.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 67, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dá nova redação ao inciso I do art. 92, da Constituição do Estado do Pará.

LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 054, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2006 (REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da Carreira de seus Membros e dá outras providências

LEI COMPLEMENTAR Nº 057, DE 6 DE JULHO DE 2006*(REPUBLICAÇÃO)

Institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 084, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012*(ALTERADA)

Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 098, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Reestrutura a Fundação Amazônia Paraense de Amparo à Pesquisa - FAPESPA, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 099, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Altera, revoga e acrescenta artigos à lei complementar nº 041, de 29 de agosto de 2002, modificada pela Lei Complementar nº 050, de 19 de maio de 2005, e pela lei complementar nº 056, de 28 de junho de 2006, que tratam da organização da Procuradoria-Geral do Estado do Pará, revoga a lei nº 4.634, de 07 de junho de 1976, revoga dispositivo da lei nº 4.780, de 19 de junho de 1978, e altera artigos da lei nº 7.543, de 20 de julho de 2011, que dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa e vinculações no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 100, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Altera e acrescenta, dispositivos à Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da carreira de seus membros e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 21 DE JANEIRO DE 2015.

Altera o § 1º do art. 4º, o inciso I do art. 5º e o art. 21, da Lei Complementar nº 092, de 14 de janeiro de 2014, que extingue o Instituto de Previdência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - IPALEP, cria o Plano de Seguridade Social dos Parlamentares.

LEI COMPLEMENTAR Nº 102, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e altera a Lei Complementar nº 84, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 21, de 28 de fevereiro de 1994.

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 7.551, DE 14 DE SETEMBRO DE 2011* (REPUBLICADA)

Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Ministério Público do Estado do Pará e de seus cargos, e dá outras providências.

LEI Nº 7.624, DE 26 DE ABRIL DE 2012*(REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado do Pará e de seus cargos, e dá outras providências.

LEI Nº 7.701, DE 11 DE ABRIL DE 2013*(REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre a aplicação do inciso II do art. 50 da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.092, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Acrescenta dispositivo na Lei Estadual nº 7.739, de 17 de outubro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para oferecer garantias e dá outras providências.

LEI Nº 8.093, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Autoriza a extinção da Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, e dá outras providências.

LEI Nº 8.096, DE 1º JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

LEI Nº 8.097, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Institui a Fundação PROPAZ no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências.

LEI Nº 8.098, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Altera a denominação e redefine competências para a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará, e dá outras providências.

LEI Nº 8.099, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a criação de Unidades Judiciárias nas Comarcas de Altamira, Belém, Castanhal, Marabá, Marituba e Parauapebas, cria cargos de Juiz Auxiliar da Capital, de servidores, e dá outras providências

LEI Nº 8.100, DE 1º DE JANEIRO DE 2015

Promove alterações e consolida o Quadro de Pessoal do Ministério Público de Contas do Estado do Pará.

LEI Nº 8.101, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

Institui no calendário oficial do Estado do Pará, o dia 16 de abril como o Dia Estadual de Enfrentamento da Violência, do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Estado do Pará.

LEI Nº 8.102, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Minha Esperança.

LEI Nº 8.103, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Casa de Maria.

LEI Nº 8.104, DE 9 DE JANEIRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS.

LEI Nº 8.105, DE 13 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a Instituição do “Dia do Círculo de Oração das Igrejas Evangélicas do Estado do Pará”, a ser comemorado no segundo domingo de dezembro, data reconhecida mundialmente como o “Dia da Bíblia”.

LEI Nº 8.106, DE 15 DE JANEIRO DE 2015

Altera os arts. 2º, 3º e 4º da Lei Estadual nº 7.624, de 26 de abril de 2012, que dispõe sobre a criação do Gabinete Militar do Tribunal de Contas do Estado do Pará e de seus cargos.

LEI Nº 4.686, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1976 *. (REPUBLICAÇÃO)

Autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC e estabelece providências correlatas. (NR - denominação alterada pela Lei nº 8.098, de 1º-1-2015)

LEI Nº 6.459, DE 22 DE MAIO DE 2002.*(REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre o Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, sua finalidade, organização, composição e competência, e dá outras providências.

LEI Nº 7.086, DE 16 DE JANEIRO DE 2008.*(REPUBLICAÇÃO)

Institui o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará - FUNTCE, e dá outras providências.

LEI Nº 4.686, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1976 *. (REPUBLICAÇÃO)

Autoriza a constituição de uma sociedade de economia mista, sob a denominação de Companhia de Desenvolvimento Econômico do Pará - CODEC e estabelece providências correlatas. (NR - denominação alterada pela Lei nº 8.098, de 1º-1-2015)

LEI Nº 6.459, DE 22 DE MAIO DE 2002.*(REPUBLICAÇÃO)

Dispõe sobre o Sistema dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado do Pará, sua finalidade, organização, composição e competência, e dá outras providências.

LEI Nº 7.086, DE 16 DE JANEIRO DE 2008.*(REPUBLICAÇÃO)

Institui o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará - FUNTCE, e dá outras providências.

LEI Nº 8.108, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Mães Moradoras do Bairro da Betânia, do Município de Castanhal/PA.

LEI Nº 8.109, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Viva Bragança, no Município de Bragança/PA.

LEI Nº 8.110, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Região do Igarapé Suassuí

LEI Nº 8.111, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores Boa Esperança do Vale do Cunarijó -AGRIBIVALCO.

LEI Nº 8.112, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária do Desenvolvimento Social e Cultural de Curuçá – ADESC.

LEI Nº 8.113, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação Cultural Sorriso, organização não governamental do Município de Belém/PA.

LEI Nº 8.114, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública o Centro de Tradições Nordestinas – CTN.

LEI Nº 8.115, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Mururé.

LEI Nº 8.116, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Cachoeira do Arari.

LEI Nº 8.117, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente de Juruti - PROVISÃO, no Município de Juruti/PA.

LEI Nº 8.118, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Nativos e Moradores da Ilha de São Miguel – ANMISM, no Município de Santarém/PA.

LEI Nº 8.119, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Feirantes do Bairro Greenville – AFEBG.

LEI Nº 8.120, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Nangetu de Tradição Afro-Religiosa e de Desenvolvimento Social.

LEI Nº 8.121, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Projeto Social Divina Providência do Município de Vigia.

LEI Nº 8.122, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Contra a Fome e a Pobreza do Estado do Pará – ABCFP.

LEI Nº 8.123, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Club de Xadrez Gambito do Rei.

LEI Nº 8.124, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Instituto Hexágono – Instituto de Desenvolvimento, Estudos, Pesquisas e Implementação de Projetos Sustentáveis da Amazônia do Município de Belém.

LEI Nº 8.125, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Pessoas Portadoras de Deficiência de São Félix do Xingu– ASPODESF.

LEI Nº 8.126, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Desenvolvimento Social e Econômico Sul Paraense – IDESP.

LEI Nº 8.127, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu Mojú/PA, doravante denominada BAMBAË.

LEI Nº 8.128, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Assistencial de Belém – ASBEL.

LEI Nº 8.129, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade Comunitária de Belém – SOBEM.

LEI Nº 8.130, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais e Agricultores Familiares do KM 35 - APRAF, do Município de Vigia de Nazaré.

LEI Nº 8.131, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação do Movimento Social Renovador de Tucuruí – AMSRT.

LEI Nº 8.132, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Tailândia

LEI Nº 8.133, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Capacitação e Desenvolvimento Santa Helena.

LEI Nº 8.134, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Religioso Umbandista – IRU.

LEI Nº 8.135, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Ação Social O Bom Samaritano.

LEI Nº 8.136, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Dra. Ester Mouta.

LEI Nº 8.137, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o Festival Folclórico do Distrito de Nova Maracanã, do Município de Faro/PA.

LEI Nº 8.138, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Afro- Brasileiro Imaculada Conceição - IABIC.

LEI Nº 8.139, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grande Conselho da Ordem Demolay no Estado do Pará nº 14.

LEI Nº 8.140, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube Musical União Vigieense do Município de Vigia.

LEI Nº 8.141, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Santo Antônio.

LEI Nº 8.142, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Moradores da Fazenda.

LEI Nº 8.143, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a entidade religiosa Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Amazônia.

LEI Nº 8.144, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a entidade religiosa Igreja Evangélica Pentecostal Casa de Oração Pão da Vida – IGEPECO/PA.

LEI Nº 8.145, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Flor de Anani - AFAN, do Distrito Industrial de Ananindeua.

LEI Nº 8.146, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube Musical Lira Nova.

LEI Nº 8.147, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Belo Monte - APRODISEM, do Município de Novo Repartimento/PA.

LEI Nº 8.148, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Abaetetuba.

LEI Nº 8.149, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais e Pescadores Artesanais da Ilha Santa Maria e Circunvizinhança do Município de Muaná – ASISMAC.

LEI Nº 8.150, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Concórdia do Pará – AACSC/PA.

LEI Nº 8.151, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Ecológico Sustentável Filhos de Pirabas – AFIP.

LEI Nº 8.152, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação José Pereira de Farias – “Projeto Juquinha”, no Município de Paragominas/PA.

LEI Nº 8.153, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade Pública para o Estado do Pará, o Museu da Cidade de Alenquer - MCA, localizado no Município de Alenquer, Baixo Amazonas no Estado do Pará.

LEI Nº 8.154, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade Beneficente Criação.

LEI Nº 8.155, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Fundação S.O.S Vida do Município de Bragança.

LEI Nº 8.156, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Mototaxistas e Motoboys do Município de Xinguara/ PA – SINDMOX.

LEI Nº 8.157, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Nacional de Defesa Ecológica e Vigilância Ambiental, localizado no Município de Marabá.

LEI Nº 8.158, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Pará.

LEI Nº 8.159, DE 24 DE MARÇO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Pescadores(as) de Ponta de Pedras – SINDIPESCA-PP.

LEI Nº 8.160, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Declara e reconhece como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o “Cacau Fest”, Festividade do Cacau do Município de Medicilândia.

LEI Nº 8.161, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Declara e reconhece como integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará, o Festival “Jacaré Verão”, no Município de Jacareacanga.

LEI Nº 8.162, DE 9 DE ABRIL DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Cooperativa Agropecuária de Tailândia.

LEI Nº 8.163, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Cria o Programa “Empresa Amiga da Educação” no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 8.164, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Denomina a Escola Estadual de Ensino Médio em construção no Município de Mocajuba, de “Deputado Alessandro D’Albuquerque Novelino”.

LEI Nº 8.165, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Institui o Dia Estadual do Trabalhador e Trabalhadora Rural.

LEI Nº 8.166, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Inclui o “Dia do DeMolay”, a ser comemorado no dia 18 de março, no calendário oficial do Estado do Pará.

LEI Nº 8.167, DE 24 DE ABRIL DE 2015

Denomina de “Chico Narrina” a Rodovia PA-409, que liga a sede municipal à Vila e à Praia de Beja, em Abaetetuba.

LEI Nº 8.168, DE 24 DE ABRIL DE 2015

Denomina de “Rodovia Abelardo Cruz da Silva” a Rodovia PA-404 no trecho entre a BR-316 e a ponte do Rio Benfica no Município de Benevides.

LEI Nº 8.169, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Denomina de Tito José Viana da Silva a Unidade de Santarém da Estação Cidadania.

LEI Nº 8.170, DE 4 DE MAIO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato das Pescadoras e Pescadores Artesanais Ecoextrativistas do Estado do Pará – SINPESCA-PA, no Município de Salvaterra.

LEI Nº 8.171, DE 4 DE MAIO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santa Maria do Pará.

LEI Nº 8.172, DE 19 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.173, DE 19 DE MAIO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do Alto Paraíso – APMPAP.

LEI Nº 8.174, DE 28 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre o remanejamento, transposição e transferência das dotações orçamentárias da Lei Orçamentária de 2015.

LEI Nº 8.175, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara o Festival da Integração Nordestina, realizado no Município de Mojuí dos Campos, integrante do patrimônio cultural de natureza imaterial para o Estado do Pará.

LEI Nº 8.176, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Educadora São Francisco de Assis, do Município de Capanema/PA.

LEI Nº 8.177, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária dos Moradores da Vila Karapanã – AMK.

LEI Nº 8.178, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação São Vicente Esporte Clube – ASVEC.

LEI Nº 8.179, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores União Solidária dos Bairros – USB.

LEI Nº 8.180, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto de Capacitação e Desenvolvimento Profissional e de Assistência Social Mercina Miranda.

LEI Nº 8.181, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação de Mulheres de Murajá.

LEI Nº 8.182, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Manguezal, entidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, com sede e foro na Cidade de Belém/PA.

LEI Nº 8.183, DE 8 DE JUNHO DE 2015

Institui o Dia Estadual do Transtorno do Espectro Autista - TEA, a ser celebrado, anualmente, na data de 2 de abril.

LEI Nº 8.184, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a atualização do valor dos vencimentos e dos proventos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.185, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Declara reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Educar de Desenvolvimento da Amazônia – IEDESAM.

LEI Nº 8.186, DE 23 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano Estadual de Educação - PEE e dá outras providências.

LEI Nº 8.187, DE 25 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores Quilombolas do Moju-Miri -AQMOMI.

LEI Nº 8.188, DE 25 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social de Esporte, Lazer e Cultura – ASELC.

LEI Nº 8.189, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Clube de Mães do Bairro da Sacramento, Município de Belém/PA.

LEI Nº 8.190, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário Educacional e Cultural Jardim Vitória – CCECJV.

LEI Nº 8.191, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Robledo Freire.

LEI Nº 8.192, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Preparar e Empreender – IPE.

LEI Nº 8.193, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Caeteuara.

LEI Nº 8.194, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Vila Paulista – AMVP.

LEI Nº 8.195, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação das Trabalhadoras Agro-Extrativista de São Sebastião da Boa Vista – ASTRAB.

LEI Nº 8.196, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Norte Brasileira.

LEI Nº 8.197, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Social Unívuda Tauá.

LEI Nº 8.198, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Esportiva Garra Office.

LEI Nº 8.199, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Nova Colônia.

LEI Nº 8.200, DE 1º DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores civis e militares ativos e inativos integrantes da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Poder Executivo do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 8.201, DE 6 DE JULHO DE 2015

Denomina a Rodovia PA-483 de Alça Viária Governador Almir Gabriel.

LEI Nº 8.202, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Cidadania de Canaã dos Carajás – ICC.

LEI Nº 8.203, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Musical da Amazônia – AMA.

LEI Nº 8.204, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Produtores, Agricultores e Agricultoras Familiares e Moradores do Município de Aurora do Pará - ASPAAFAMA.

LEI Nº 8.205, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Trabalhadores da Produção Familiar de Salvaterra.

LEI Nº 8.206, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pescadores, Pescadoras e Agroextrativistas do Município de Muaná.

LEI Nº 8.207, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Gira-Sol – ASGRA.

LEI Nº 8.208, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cristã Evangélica Betel – ACEB.

LEI Nº 8.209, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Aposentados, Pensionistas, Idosos e Deficientes de Marabá e Região.

LEI Nº 8.210, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Piçarra.

LEI Nº 8.211, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Casa de Misericórdia de Tucumã.

LEI Nº 8.212, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente São Benedito.

LEI Nº 8.213, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação ANGROKRERE- MEBENGOKRE, do Município de Cumaru do Norte.

LEI Nº 8.214, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores Independentes do Benguí – AMIB.

LEI Nº 8.215, DE 6 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres Guerreiras do Bairro Tenoné.

LEI Nº 8.216, DE 9 DE JULHO DE 2015

Acrescenta o Parágrafo único, ao art. 2º, da Lei nº 7.530, de 15 de junho de 2011, dispondo sobre a realização de Sessão Solene na Assembleia Legislativa, em comemoração ao aniversário das

Assembleias de Deus.

LEI Nº 8.217, DE 9 DE JULHO DE 2015

Denomina o Hospital Regional, do Município de Castanhal, como “Dr. Espedito Magalhães”.

LEI Nº 8.218, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário da Nova Marambaia – CCNOMA.

LEI Nº 8.219, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Santa Maria – ASBESAM.

LEI Nº 8.220, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pais e Amigos da Cidade Nova VI.

LEI Nº 8.221, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia de Quatipuru Mirim.

LEI Nº 8.222, DE 15 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Sorriso Legal, na Cidade de Brejo Grande do Araguaia/PA.

LEI Nº 8.223, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente São Carlos do Brasil – ABSCB, estabelecida no Município de Belém.

LEI Nº 8.224, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores Campos Lindos.

LEI Nº 8.225, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Sociedade Unidos Venceremos – SUVEN.

LEI Nº 8.226, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém.

LEI Nº 8.227, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva e Comunitária Amigos do Futebol Barcarenense.

LEI Nº 8.228, DE 9 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores e Feirantes da Comunidade Nossa Senhora da Conceição do Rio Uba (APRAF).

LEI Nº 8.229, DE 13 DE JULHO DE 2015

Disciplina os percentuais da Gratificação de Risco de Vida dos Militares do Estado do Pará.

LEI Nº 8.230, DE 13 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre a promoção dos Praças da Polícia Militar do Pará (PMPA).

LEI Nº 8.231, DE 14 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivo da Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas – PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.

LEI Nº 7.649, DE 24 DE JULHO DE 2012*- REPUBLICAÇÃO

Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências, nos seguintes termos.

LEI Nº 8.232, DE 15 DE JULHO DE 2015

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

LEI Nº 8.233, DE 20 DE JULHO DE 2015

Institui o “Dia do Servidor Legislativo”, a ser celebrado, anualmente, no dia 30 de junho.

LEI Nº 8.234, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores Ribeirinhos do Bairro da Pratinha e das Ilhas (Barra, Patos, Jararacas e Uruboca).

LEI Nº 8.235, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação Paraense de Entidades do Movimento Social – FEPEM.

LEI Nº 8.236, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Remanescente de Quilombos Oxóssi da Ribeira do Município de Moju.

LEI Nº 8.237, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores, Agricultores e Produtores Rurais do Município de Abaetetuba/PA.

LEI Nº 8.238, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Concordeense de Capoeira – ACC.

LEI Nº 8.239, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Esperança do ANANIN – ASBEA.

LEI Nº 8.240, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Musical do Nordeste Paraense Arte Show Vigia, no Município de Vigia/PA.

LEI Nº 8.241, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Seminário Teológico das Assembleias de Deus em Belém – SETAD.

LEI Nº 8.242, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Vale do Xingú, sediado em Santa Isabel do Pará, com filial em Altamira.

LEI Nº 8.243, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

LEI Nº 8.244, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.912, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria do pescado.

LEI Nº 8.245, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.913, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às indústrias em geral.

LEI Nº 8.246, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria da pecuária.

LEI Nº 8.247, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria.

LEI Nº 8.248, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores e Amigos da Bom Sossego, Município de Ananindeua/PA.

LEI Nº 8.249, DE 20 DE JULHO DE 2015

Altera a Lei nº 5.826, de 1º de março de 1994 e a Lei nº 7.371, de 30 de dezembro de 2009.

LEI Nº 8.250, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Chacreiros dos Lotes 04, 05 e 13, Gleba 29, do Município de Medicilândia/PA.

LEI Nº 8.251, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Evangélica Ministério de Renovação – IEMIR.

LEI Nº 8.252, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Federação de Futsal do Pará – FEFUSPA.

LEI Nº 8.253, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Grupo Gente de Teatro.

LEI Nº 8.254, DE 20 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Ananindeua Cidadã.

LEI Nº 8.255, DE 21 DE JULHO DE 2015

Institui a campanha de prevenção às doenças de hipertensão e diabetes denominada “Setembro Vermelho”, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 8.256, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Esportiva Belemense – ABEB.

LEI Nº 8.257, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Desportiva e Beneficente Antônio Soares – ADBAS.

LEI Nº 8.258, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Colônia Agrícola São Pedro, Vale do Pirajauara – ASPPRUCASP.

LEI Nº 8.259, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Vila do Diretório.

LEI Nº 8.260, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Pescadores(as) Artesanais, Aquicultores(as) e Agricultores(as) Familiares da Vila de Arsênio.

LEI Nº 8.261, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará – SINDUSCON-PA.

LEI Nº 8.262, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Paraense de Recursos Humanos – APRH.

LEI Nº 8.263, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Transformar no Distrito de Icoaraci, Belém /PA.

LEI Nº 8.264, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de São Benedito do Jutaí – ASPROB.

LEI Nº 8.265, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Colônia Jutaí-Mirim e Ipanema – ATAJI.

LEI Nº 8.266, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Comunidade do Igarapé João – ASCOMIJ.

LEI Nº 8.267, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Moradores e Agricultores de Jauari - Caminhando com Cristo no Baixo Rio Moju.

LEI Nº 8.268, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Barcarena Socioambiental – IBS.

LEI Nº 8.269, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunidade Kolping de Marabá Pedro Arrupe.

LEI Nº 8.270, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Projeto Bom Jesus.

LEI Nº 8.271, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Confraria Amigos do Jipe – ACAJIPE.

LEI Nº 8.272, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Remo Guajará – Guajará.

LEI Nº 8.273, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Ação Social Evangélica Monte Hermon.

LEI Nº 8.274, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Musical Isidoro de Castro, no Município de Vigia/PA.

LEI Nº 8.275, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Desafio o Jovem de Belém – DEJOBÉ.

LEI Nº 8.276, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Comunitária Redenção Futebol Clube – ACRFC.

LEI Nº 8.277, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Movimento Habitar Belém – MOHAB.

LEI Nº 8.278, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores de Terrenos de Marinha do Estado do Pará – AMTEMEPA.

LEI Nº 8.279, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Estudos e Memória da Juventude Amazônica – CEMJA.

LEI Nº 8.280, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Central de Organização Social e Desenvolvimento Agropecuário do Nordeste Paraense – COSDANPA.

LEI Nº 8.281, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Museu Nacional da Assembleia de Deus – MNAD.

LEI Nº 8.282, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro de Convenções Centenário.

LEI Nº 8.283, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Igreja Missões Mundial no Brasil Vaso do Oleiro.

LEI Nº 8.284, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública a Associação Esportiva Amazon – AEA.

LEI Nº 8.285, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Agricultores e Produtores Rurais, Ambientalistas, Apicultores, Aquicultores, Extrativistas e Piscicultores do Município de Gurupá – AGRUPA.

LEI Nº 8.286, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Tecnológico de Inclusão Profissional do Pará.

LEI Nº 8.287, DE 21 DE JULHO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Cultural Esportiva Fulica.

LEI Nº 8.288, DE 23 DE JULHO DE 2015.

Proíbe a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS, nas contas de energia elétrica às Igrejas Evangélicas, Católicas e templos de qualquer culto.

LEI Nº 8.289, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo da Lei nº 5.276, de 6 de novembro de 1985, que cria no Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Pará funções de natureza Policial-Militar.

LEI Nº 5.276 DE 06 DE NOVEMBRO DE 1985*- REPUBLICADA

Cria no Quadro de Organização da Polícia Militar do Estado do Pará funções de natureza Policial-Militar.

LEI Nº 8.290, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Declara o Monumento da Cabanagem integrante do patrimônio cultural material do Estado do Pará.

LEI Nº 8.291, DE 25 DE SETEMBRO DE 2015

Institui o “Dia Estadual do Redator de Plenário”.

LEI Nº 8.292, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Institui a semana estadual de educação preventiva e combate à verminose no Estado do Pará.

LEI Nº 8.293, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Institui a campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 8.294, DE 28 DE SETEMBRO DE 2015

Declara e reconhece as “Cavalgadas ocorridas no Estado do Pará” como integrantes do patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado.

LEI Nº 8.295, DE 29 DE SETEMBRO DE 2015

Denomina Clóvis de Almeida Mácola a ponte sobre o Rio Igarapé-Miri.

LEI Nº 8.296, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Academia de Letras do Sul e Sudeste Paraense - ALSSP.

LEI Nº 8.298, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Dispõe sobre a obrigatoriedade de entidades envolvidas nas atividades que especifica a adotarem medidas para evitar a existência de criadores para o Aedes aegypti e Aedes albopictus.

LEI Nº 8.299, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Comunitário da Nova Marambaia.

LEI Nº 8.300, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Moradores da Vila Santa Fé e Comunidades Vizinhas, no Município de Marabá.

LEI Nº 8.301, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Radiodifusão Comunitária Miriense - ARCOM.

LEI Nº 8.302, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Instituto Fazendo Campeões - IFC.

LEI Nº 8.303, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Seção Pará - CTB/ Pará.

LEI Nº 8.304, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Nova Esperança do Piriá.

LEI Nº 8.305, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Liga de Blocos e Escolas de Samba de Icoaraci - LIBESI.

LEI Nº 8.306, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Sindicato dos Condutores Autônomos de Mototaxistas do Município de Santarém - SICAMS.

LEI Nº 8.307, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Beneficente Amigos da Família - ASBAF, na Cidade de Belém, no Estado do Pará.

LEI Nº 8.308, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Centro Educacional de Tecnologia Social da Amazônia - CETEC, na Cidade de Belém, no Estado do Pará.

LEI Nº 8.297, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015

Altera a Lei nº 7.551, de 14 de setembro de 2011, que dispõe sobre o Gabinete Militar do Ministério Público do Estado do Pará e seus cargos.

LEI Nº 8.309, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Denomina de “Cremilda Souza Cordeiro” a Escola Estadual de Ensino Médio, em construção pelo Governo do Estado, na Sede do Município de Alenquer, na região do Baixo Amazonas.

LEI Nº 8.310, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o nome da Escola Estadual do Setor Palmeira II, localizada no Município de Tucumã, para Escola Estadual Prof.^a Maria Nilza de Oliveira.

LEI Nº 8.311, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Belém – ADBELÉM.

LEI Nº 8.312, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta, no âmbito do Estado do Pará, o disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015, revoga a Lei Estadual nº 7.020, de 24 de julho de 2007.

LEI Nº 8.313, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015* (REPUBLICAÇÃO)

Altera o art. 28 da Lei nº 6.969, de 9 de maio de 2007.

LEI Nº 8.314, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a reestruturação organofuncionaladministrativa da Secretaria de Administração do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.315, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a exigência do valor do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto.

LEI Nº 8.316, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Denomina de Escola Estadual de Ensino Médio Thalles Possidônio, a escola estadual atualmente em construção no Município de Redenção.

LEI Nº 8.317, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara como Patrimônio Histórico e Cultural o Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós – IHGTap.

LEI Nº 8.318, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui a semana de conscientização e combate à automedicação.

LEI Nº 8.319, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara como patrimônio histórico, cultural e artístico de natureza imaterial do Estado do Pará o Festival do Camarão, do Município de Afuá.

LEI Nº 8.320, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a reestruturação organofuncionaladministrativa das unidades administrativas vinculadas à Presidência e a Vice-Presidência do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.321, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Iorubá de Santa Luzia do Bom Prazer, no Município de Moju/PA.

LEI Nº 8.322, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a reestruturação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE e dá outras providências.

LEI Nº 8.323, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a reestruturação organofuncionaladministrativa da Secretaria de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.324, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a reestruturação organofuncionaladministrativa da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.325, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação dos Taxistas Autônomos de Cachoeira do Piriá.

LEI Nº 8.326, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação Pastor João Batista de Melo, Município de Abaetetuba.

LEI Nº 8.327, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.836, de 13 de fevereiro de 2006, que institui o Mapa da Exclusão Social no âmbito do Estado do Pará.

LEI Nº 8.328, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará.

LEI Nº 8.329, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Converte em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável a verba denominada "Art. 39 § 3º c/c art. 7º, VI da CF", instituída pela Resolução nº 006/2001- MP/CPJ, paga aos servidores do Ministério Público a título de irredutibilidade de vencimentos.

LEI Nº 8.330, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a criação do auxílio-saúde no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

LEI Nº 8.331, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre os emolumentos devidos pelos atos praticados no exercício dos serviços notariais e de registro, e dá outras providências.

LEI Nº 8.332, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos da Lei nº 6.797, de 16 de novembro de 2005, que dispõe sobre a criação do Núcleo de Gerenciamento do PARÁ RURAL - NGPR e do Fundo de Apoio aos Projetos de Geração de Renda do Programa e dá outras providências.

LEI Nº 8.333, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a regulamentação do art. 7º da Lei Complementar nº 078, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Lei Orgânica da Administração Tributária do Estado do Pará, disciplina as carreiras que a integram e dá outras providências.

LEI Nº 8.334, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, na forma em que menciona, e dá outras providências.

DECRETO LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 23 DE JUNHO DE 2015 (REPUBLICAÇÃO)

Aprova a indicação do Senhor KARIM ASSAD ZAIDAN para ocupar o Cargo de Diretor de Normatização e Fiscalização da ARCON.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova a indicação do Senhor LUCIANO GUEDES para ocupar o Cargo de Diretor Geral da ADEPARÁ.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova a indicação do Senhor PAULO AMAZONAS PEDROSO para ocupar o Cargo de Presidente da EMATER/PARÁ.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o subsídio do Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado e dá outras providências.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 25, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015

Aprova a indicação do Senhor JORGE ANTÔNIO SANTOS BITTENCOURT para ocupar o Cargo de Presidente da Fundação PROPAZ.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 166 e 198 da Constituição Federal, para o fim de estabelecer que a União destine, no mínimo, 10% (dez por cento) da sua receita corrente bruta às ações e serviços públicos de saúde, excluindo do cômputo deste percentual as emendas parlamentares ao orçamento federal.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 27, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar os arts. 22 e 24 da Constituição Federal, para tornar competências legislativas privativas da União em concorrentes com os Estados e o Distrito Federal.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE, referente ao exercício financeiro de 2013.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 28, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando acrescentar inciso IV ao art. 60 da Constituição Federal, para estabelecer a iniciativa popular para apresentação de Proposta de Emenda à Constituição.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBISON DE OLIVEIRA JATENE, referente ao exercício financeiro de 2012.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 29, DE 13 DE OUTUBRO DE 2015

Aprova a apresentação à Câmara dos Deputados de Proposta de Emenda à Constituição Federal, visando alterar o inciso I, e suas alíneas “a” e “b”, do art. 159 da Constituição Federal, para o fim de modificar a composição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Prestação de Contas do Governador do Estado do Pará, Dr. SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE, referente ao exercício financeiro de 2011.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova a Prestação de Contas da ex-Governadora do Estado do Pará, Dra. ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA, referente ao exercício financeiro de 2010.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar a doação das áreas denominadas Vila Japerica, Vila Aimorés, Vila Boa Esperança, Vila Caraxió, Vila Cruzeiro, Vila Murumuru, Vila Pariquis e Vila Proeves pertencentes ao Estado do Pará, ao Município de São João de Pirabas, com a finalidade de dotar aquele ente municipal de base física para compor o seu perímetro urbano.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 34, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza o Poder Executivo Estadual doar ao Município de Dom Eliseu, respeitadas as diretrizes legais pertinentes, área de terra de propriedade do Estado do Pará denominada Flor do Ipê, destinada à dotar o referido Município de base física para compor sua sede.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 36, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Governador do Estado a se ausentar do país no período de 27 de dezembro de 2015 a 11 de janeiro de 2016.

DECRETOS**DECRETO Nº 1.158, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014**

Retifica o Decreto nº 1.068, de 3 de junho de 2014, que concedeu Pensão Policial-Militar em favor de SILVANI LOPES LUZ, LOHAME LOPES VAZ E LOZIANE LOPES VAZ, companheira e filhas do 3º Sargento PM ANGELSON VAZ NASCIMENTO.

DECRETO Nº 1.186, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre os índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

DECRETO Nº 1.187, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

DECRETO Nº. 1.188, DE 02 DE JANEIRO DE 2015.

Aprova a Estimativa da Receita do Estado, a Programação Orçamentária e o Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, para os Grupos de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.190, DE 5 DE JANEIRO DE 2015

Fica instituída a Comissão de Implementação da Nova Estrutura de Organização do Poder Executivo, para subsidiar os órgãos e entidades na adoção dos procedimentos relativos à nova estrutura administrativa, de que trata a Lei nº 8.096, de 1º de janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1191, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP, no valor de R\$ 14.582.615,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1192, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o REMANEJAMENTO em favor da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas - FAPESPA, no valor de R\$ 5.987.707,00, em função da sua reestruturação, aprovada pela Lei Complementar nº 98 de 1º de Janeiro de 2015, bem como, da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, com o advento da Lei nº 8.096, de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1193, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER, no valor de R\$ 28.469.145,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1194, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas - SEDOP, no valor de R\$ 25.347.393,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1195, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Procuradoria Geral do Estado - PGE, no valor de R\$ 747.223,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1196, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, Remanejamento em favor da Fundação Cultural do Estado do Pará - FCP, no valor de R\$ 23.523.573,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1197, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor do Núcleo de Articulação e Cidadania - NAC, no valor de R\$ 4.754.177,64, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1199, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Dispõe sobre a vinculação do Núcleo Executor do Programa Municípios Verdes - NEPMV, como unidade orçamentária vinculado à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS, com o advento da Lei nº 8.096, de 1º de Janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 1200, DE 02 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio, no valor de R\$ 1.100.000,00, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1203, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 164.096.036,48 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1204, DE 2 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 62.445.809,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.205, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Homologa a Resolução nº 244/2014 - CONSEP do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da "Alteração do art. 11 da Resolução nº 220/13-CONSEP, de 28 de junho de 2013, homologada pelo Decreto nº 823, de 6 de setembro de 2013".

DECRETO Nº 1.207, DE 14 DE JANEIRO DE 2015

Revoga o Decreto nº 666, de 27 de fevereiro de 2013.

DECRETO Nº 1216, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 56.906.897,89 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1217, DE 26 DE JANEIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 15.582.829,85 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.218, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2015

Homologa a Resolução nº. 252/2014, de 15 de dezembro de 2014, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata das "Alterações da Resolução nº. 220/13-CONSEP, de 28 de junho de 2013, homologada pelo Decreto nº. 823, de 6 de setembro de 2013"

DECRETO Nº 1.226, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Torna facultativo, nos dias 16 e 18 de fevereiro de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.227, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 8.091, de 29 de dezembro de 2014, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos - TFRH e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – CERH.

DECRETO Nº 1221, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 69.468.022,03 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1223, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 4.751.279,86 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1224, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 66.248.366,01 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1225, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 46.590.819,13 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.226, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

Torna facultativo, nos dias 16 e 18 de fevereiro de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.227, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 8.091, de 29 de dezembro de 2014, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos - TFRH e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – CERH.

DECRETO Nº 1228, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, no valor de R\$ 188.107,72, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015.

DECRETO Nº 1.229, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona, para atender as obras de duplicação, infraestrutura e pavimentação da Avenida Perimetral, situada no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.230, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre os procedimentos de nomeação e contratação de servidores no âmbito da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas Estaduais e dá outras providências.

DECRETO Nº 1231, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 6.684.772,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1232, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 50.147.921,43 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1233, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 1.413.714,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1234, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 15.920.862,87 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1235, DE 2 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 4.719.840,20 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1238, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 3.197.534,08 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1239, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 20.208.929,52 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1240, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 6.493.347,22 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1241, DE 6 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 13.198.768,34 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1243, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, no valor de R\$ 845.774,88, em função

da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015 e do Decreto nº 1.236 de 02 de março de 2015.

DECRETO Nº 1244, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 11.509.966,95 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1245, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 2.117.390,58 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1246, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 15.466.438,58 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1247, DE 12 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 20.520.152,99 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1251, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 12.722.906,19 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.242, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público.

DECRETO Nº 1.248, DE 19 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a proibição de comercialização, nas operações interestaduais, de peixe in natura, fresco, resfriado e curado (salgado), no período de 16 de março a 3 de abril de 2015.

DECRETO Nº 1.249, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Institui e disciplina o Sistema de Governança Estadual do Pacto pela Educação do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.250, DE 20 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a utilização das aeronaves oficiais civis, próprias ou sob a responsabilidade do Governo do Estado, e dá outras providências

DECRETO Nº 1251, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 12.722.906,19 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1252, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 7.160.701,90 para reforço

de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1254, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 32.678.500,84 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1255, DE 25 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 11.315.808,38 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.256, DE 26 DE MARÇO DE 2015

Torna facultativo, no dia 2 de abril de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1257, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 17.081.828,13 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1258, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 28.982.537,29 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1260, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.608.327,61 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1262, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 11.948.000,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1263, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 1.262.417,95 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1264, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 23.949.747,60 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1265, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 3.423.968,52 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1266, DE 30 DE MARÇO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração

Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 67.211.327,36 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.267, DE 1º DE ABRIL DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Marabá, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1268, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, no valor de R\$ 2.109.283,88, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015, combinado com a Lei nº 8.093 de 20 de Dezembro de 2014 .

DECRETO Nº 1.269, DE 16 DE ABRIL DE 2015

Torna facultativo, no dia 20 de abril de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO S/Nº DE 16 DE ABRIL DE 2015

Fica concedida a Medalha do Mérito “TIRADENTES” às personalidades Civis e Militares.

DECRETO Nº 1.273, DE 5 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a majoração da Gratificação de Risco de Vida de que trata a Lei nº 7.769, de 20 de dezembro de 2013, que instituiu a Gratificação de Risco de Vida ao Agente de Fiscalização de Trânsito do Departamento de Trânsito do Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.274, DE 5 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a majoração da Gratificação de Risco de Vida de que trata o inciso I, do art. 69, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994.

DECRETO Nº 1.275, DE 5 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre as competências do Núcleo de Representação do Estado do Pará no Distrito Federal - NRPA-DF e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.276, DE 5 DE MAIO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.277, DE 8 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre o remanejamento dos cargos de provimento em comissão criados para atuação exclusiva na Comissão da Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.278, DE 8 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a reorganização dos cargos na carreira de Consultor Jurídico do Estado no âmbito da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.279, DE 8 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a reorganização dos cargos na carreira de Procurador Autárquico e Fundacional no âmbito da Administração Indireta do Poder Executivo e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.283, DE 8 DE MAIO DE 2015

Cria, na estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, o 3º Subgrupamento Bombeiro Militar – 3º SGBM e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.284, DE 15 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a alteração do Decreto nº 1.492, de 22 de janeiro de 2009, que regulamenta a Lei nº 6.831, de 13 de fevereiro de 2006.

DECRETO Nº 1.285, DE 15 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre a alteração do Decreto Estadual nº 730, de 7 de maio de 2013, que regulamenta no âmbito do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, a Câmara Estadual Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional, criada pela Lei Estadual nº 7.580, de 20 de dezembro de 2011.

DECRETO Nº 1.286, DE 15 DE MAIO DE 2015

Altera o § 1º do art. 4º do Decreto nº 929, de 24 de abril de 2008.

DECRETO Nº 1.287, DE 15 DE MAIO DE 2015

Convoca a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.288, DE 15 DE MAIO DE 2015

Altera o inciso IV do art. 2º do Decreto de 4 de outubro de 2013, que alterou o Decreto nº 664, de 14 de fevereiro de 2013, que institui a Comissão Interinstitucional de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

DECRETO Nº 1.289, DE 15 DE MAIO DE 2015

Altera o art. 1º do Decreto nº 2.443, de 23 de agosto de 2010.

DECRETO Nº 1.290, DE 15 DE MAIO DE 2015

Homologa a Resolução nº 254/14-CONSEP, de 17 de dezembro de 2014, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata da “Competência do CPC ‘Renato Chaves’, para expedição de Guia de Translado de Restos Mortais Humanos no Estado do Pará.”

DECRETO Nº 1.291, DE 21 DE MAIO DE 2015

Fixa o montante de recursos financeiros destinados para a utilização como incentivo fiscal na realização de projetos culturais no Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.292, DE 26 DE MAIO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Santarém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1295, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 17.287.379,36 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1296, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 872.592,00 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1297, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 585.268,96 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.298 DE 1º DE JUNHO DE 2015

Designa Procuradores do Estado para atuarem junto ao TARF.

DECRETO Nº 1.299, DE 1º DE JUNHO DE 2015

Convoca a 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude.

DECRETO Nº 1.300, DE 2 DE JUNHO DE 2015

Torna facultativo, no dia 5 de junho de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1303, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 2.294.467,49 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1305, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 5.751.229,55 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1307, DE 9 DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por SUPERÁVIT, no valor de R\$ 241.442,11 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1309, DE 9 DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, em favor do(s) órgão(s) da Administração Pública Estadual, crédito suplementar por ANULAÇÃO, no valor de R\$ 2.570.162,19 para reforço de dotação(ões) consignada(s) no Orçamento vigente.

DECRETO Nº 1.311, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica – CONSECTET.

DECRETO Nº 1.312, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no exercício de 2015, o Remanejamento em favor da Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, no valor de R\$ 532.689,14, em função da nova estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, aprovada pela Lei nº 8.096 de 1º de Janeiro de 2015, combinado com a Lei nº 8.093 de 20 de Dezembro de 2014 .

DECRETO Nº 1.317, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona o Anexo Único deste Decreto, situados nos Municípios de Ananindeua e Marituba, Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.318, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Boa Esperança, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.319, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Caraxio, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.320, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Murumuru, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.321, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Pariquis, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.322, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Proeves, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.323, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Japerica, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.324, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Cruzeiro, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.325, DE 26 DE JUNHO DE 2015

Reserva área de terras para integrar o patrimônio do Município de São João de Pirabas, na localidade denominada Vila Aimorés, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.326, DE 29 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre o Valor Adicionado, índices de Valor Adicionado e índices percentuais de distribuição, aos Municípios, das parcelas do produto da arrecadação do ICMS.

DECRETO Nº 1.332, DE 30 DE JUNHO DE 2015

Convoca a 5ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres.

DECRETO DE 1º DE JULHO DE 2015.

Fica concedida a “Medalha do Mérito Bombeiro Militar D.Pedro II” às personalidades civis e militares.

DECRETO Nº 1.333, DE 15 DE JULHO DE 2015

Homologa a Resolução nº 001/2015-CONSUP, de 25 de março de 2015, do Conselho Superior da Polícia Civil, que trata da “Criação do Comitê Permanente de Tecnologia da Informação - CPTI no âmbito da Polícia Civil”.

DECRETO Nº 1.334, DE 16 DE JULHO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.335, DE 16 DE JULHO DE 2015

Altera o Decreto nº 793, de 1º de julho de 2013, que instituiu o Comitê Interinstitucional para Inclusão Social Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC/Pará).

DECRETO Nº 1.336, DE 17 DE JULHO DE 2015

Altera a redação do art. 13, do Anexo I do Decreto nº 3.753, de 2 de abril de 1985, que institui o âmbito de ação da Casa Militar.

DECRETO Nº 1.337, DE 17 DE JULHO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 8.230, de 13 de julho de 2015, que dispõe sobre a promoção de Praças da Polícia Militar do Pará (PMPA) e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.338, DE 30 DE JULHO DE 2015

Altera o Decreto nº 249, de 11 de outubro de 2011, que regulamenta o estágio probatório do servidor público civil ocupante de cargo de provimento efetivo da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.339, DE 30 DE JULHO DE 2015

Institui no âmbito do Estado do Pará o Núcleo Gestor Estadual da Escola Nacional de Socioeducação.

DECRETO Nº 1.340, DE 30 DE JULHO DE 2015

Altera o Decreto nº 1.287 de 15 de maio de 2015, que Convoca a IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.341, DE 30 DE JULHO DE 2015

Convoca a IV Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

DECRETO Nº 1.342, DE 30 DE JULHO DE 2015

Concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS devido na comercialização de sanduíches denominados "BIG MAC", efetuada durante o evento "McDia Feliz".

DECRETO Nº 1345, DE 12 DE AGOSTO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1346, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo Único do Decreto Estadual nº 1.066, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.347, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece medidas de Controle e Racionalização dos Gastos Públicos, institui o Sistema Integrado de Governança do Estado do Pará - SIGOV no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.348, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº 6.489, de 27 de setembro de 2002, que dispõe sobre a Política de Incentivos ao Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Pará, aprovado pelo Decreto nº 5.615, de 29 de outubro de 2002 e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.349, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos ao regulamento da Lei nº 6.912, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos do pescado, aprovado pelo Decreto nº 2.489, de 6 de outubro de 2006.

DECRETO Nº 1.350, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº 6.913, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às indústrias em geral, aprovado pelo Decreto nº

2.490, de 6 de outubro de 2006.

DECRETO Nº 1.351, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº6.914, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da indústria da pecuária, aprovado pelo Decreto nº 2.491, de 6 de outubro de 2006.

DECRETO Nº 1.352, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera e acrescenta dispositivos ao Regulamento da Lei nº6.915, de 3 de outubro de 2006, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria, aprovado pelo Decreto nº 2.492, de 6 de outubro de 2006.

DECRETO Nº 1.353, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Institui o Sistema Integrado de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará - SIDE e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.354, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Estadual, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETO Nº 1.355, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Altera dispositivos do Decreto nº 913, de 5 de dezembro de 2013, e de seu anexo, que dispõem sobre o Plano Estadual de Atração de Novos Negócios e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.356, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona, situados no Município de Barcarena, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.357, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Cria, na estrutura organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará, o 16º, 17º e 18º Grupamento Bombeiro Militar e transforma Subgrupamento Bombeiro Militar em Grupamento Bombeiro Militar e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.358, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre os índices percentuais de distribuição aos Municípios das parcelas do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

DECRETO Nº 1.359, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Regula o acesso a informações previsto nos incisos X e XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal e no inciso II do art. 29 e no § 5º do art. 286 da Constituição do Estado do Pará e na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.360, DE 31 DE AGOSTO DE 2015

Qualifica como Organização Social o INSTITUTO AMBIENT – IA.

DECRETO Nº 1.364 DE 1º DE SETEMBRO DE 2015

Homologa a Resolução nº 270/2015-CONSEP, de 1º de junho de 2015, do Conselho Estadual de Segurança Pública, que trata do “Regulamento do Processo Eleitoral para Escolha do Ouvidor do SIEDS”.

DECRETO Nº 1.378, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.379, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Cria o Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado do Pará - PRA/PA e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.380, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Regulamenta a Lei nº 7.565, de 25 de outubro de 2011, que dispõe sobre as normas para licenciamento de estabelecimentos processadores, registro e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado do Pará e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.381, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA, aprovado pelo Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006.

DECRETO Nº 1.382, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.383, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.384, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.385, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.386, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.387, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001 e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.388, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.389, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.390, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001 e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.391, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.400, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o valor da premiação dos Sorteios nºs 012 e 013 do Programa Nota Fiscal Cidadã instituído pela Lei nº 7.632, de 22 de maio de 2012.

DECRETO Nº 1.401, DE 24 DE SETEMBRO DE 2015

Retifica o Decreto nº 2.347, de 21 de junho de 2010 que homologa a criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado CURUMUCURI, no que se refere à área.

DECRETO Nº 1.417, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Aprova o Regulamento da Inspeção e Fiscalização Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, do Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.418, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 3.876, de 21 de janeiro de 2000, que regulamenta a Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social, institui e disciplina o Contrato de Gestão, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.420, DE 9 DE OUTUBRO DE 2015

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, situado no Município de Belém, Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.421, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015

Transferir e facultar o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.422, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Estabelece o limite máximo de receita bruta anual, para efeito de recolhimento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, na forma do Simples Nacional, para o ano-calendário de 2016.

DECRETO Nº 1.423, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Retifica o Decreto nº 2.295, de 27 de maio de 2010, que homologa a criação do Projeto Estadual de Assentamento Agroextrativista (PEAEX) denominado PRUDENTE E MONTE SINAI, no que se refere a área.

DECRETO Nº 1.424, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.425, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, por doação, área de terras para integrar o patrimônio fundiário do Município de São Félix do Xingu e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.427, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Homologa a criação do Projeto Estadual de Assentamento Sustentável (PEAS) denominado NOVA ESPERANÇA, no Município de Dom Eliseu, Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.428, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012.

DECRETO Nº 1.429, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Institui o Comitê Gestor de Políticas Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação.

DECRETO Nº 1.430, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2015

Institui o Comitê Gestor Intersecretarial de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Pará - CGIEP e dá outras providências.

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

Fica concedida a Ordem do Mérito Bombeiro Militar Intendente Antônio Lemos às Personalidades Civas e Militares.

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

Fica concedida a Medalha do Mérito Defesa Civil, as Personalidades Civas, Militares do CBMPA, Personalidades Militares das Instituições Coirmãs e Instituições Civas que prestaram relevantes serviços nas ações de Defesa Civil.

DECRETO DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015

Fica concedida a Medalha de Bons Serviços aos Bombeiros Militares nominados.

DECRETO Nº 1.431, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede, por doação, áreas de terra para integrar o patrimônio fundiário do Município de São João de Pirabas e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.432, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera o Decreto nº 386, de 23 de março de 2012 que regulamenta a Lei nº 7.591, de 28 de dezembro de 2011, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários – CERM.

DECRETO Nº 1.433, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta a Lei Estadual nº 8.312, de 26 de novembro de 2015, que regulamentou, no âmbito do Estado do Pará, o disposto na Lei Complementar Federal nº 151, de 5 de agosto de 2015.

DECRETO Nº 1.439, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.445, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Faculta o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.446, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Transfere para a Avenida Dr. Freitas, nº 2.531, CEP: 66087-812, na Cidade de Belém, no Estado do Pará, a sede do Governo do Estado do Pará e da Casa Civil da Governadoria do Estado do Pará.

DECRETO Nº 1.447, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.454, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

Homologa a alteração no Estatuto da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER-PARÁ, aprovado pelo Decreto nº 214, de 21 de setembro de 2011.

DECRETO Nº 1.457, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.458, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Acrescenta dispositivo ao Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - RIPVA, aprovado pelo Decreto nº 2.703, de 27 de dezembro de 2006.

DECRETO Nº 1.459, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

Revoga o Decreto nº 79, de 28 de abril de 2011, que dispõe sobre a exigência do ICMS nas operações interestaduais que destinem mercadoria ou bem a consumidor final, cuja aquisição ocorrer de forma não presencial no estabelecimento remetente.

DECRETO Nº 1.460, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Torna facultativo, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015, o expediente nas repartições públicas integrantes da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará, e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.461, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.462, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivo do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.463, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a concessão de desconto pela antecipação do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

DECRETO Nº 1.464, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Altera dispositivos do Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS-PA, aprovado pelo Decreto nº 4.676, de 18 de junho de 2001.

DECRETO Nº 1.465, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a majoração da Gratificação de Risco de Vida de que trata o inciso I, do art. 69, da Lei Complementar nº 022, de 15 de março de 1994.

PORTARIAS – AGE

PORTARIA Nº 022/2015, DE 13 DE MAIO DE 2015- AGE

Dispõe sobre o Plano Permanente de Providências - PPP e o Resultado do Monitoramento do Plano Permanente de Providências - RMPPP dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, que juntamente com o seu Cronograma de implementação passam a integrar a Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014.

PORTARIA Nº 083/2015, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015- AGE

Dispõe sobre a definição, para o Exercício 2015, dos procedimentos internos para dar cumprimento tempestivo aos ditames da Instrução Normativa AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014, e atualizações posteriores.

PORTARIA Nº 086/2015, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015- AGE

Dispõe de procedimentos a serem observados para encaminhamento de informações consolidadas, em conformidade com o ANEXO X e demais procedimentos estabelecidos na IN AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014, e atualizações posteriores.

PORTARIAS – SEDUC

PORTARIA Nº 1.093/2014 – SEDUC

INSTITUIR o CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DO PARÁ, doravante denominado CME, como um PROGRAMA, da Secretaria de Estado de Educação do Pará, vinculado a Secretaria Adjunta de Ensino, o qual está configurado em três frentes: memória, cidadania e formação, compreendidas num mesmo ideal - a educação.

PORTARIA Nº 206, DE 24 DE ABRIL DE 2015- GS/SEDUC

Dispõe sobre critérios a serem adotados para lotação de pessoal nas Unidades Administrativas e Escolares da Secretaria de Estado de Educação no ano letivo de 2015.

PORTARIAS – SUSIPE

PORTARIA Nº 464/2015-GAB/SUSIPE

Dispõe sobre a regulamentação e padronização dos procedimentos administrativos e de saúde no controle da tuberculose, no âmbito do Sistema Penitenciário do Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIAS – SEGUP

PORTARIA CONJUNTA Nº 025/2015-GAB/SEGUP

Formular, coordenar, implementar, fomentar, articular, alinhar e integrar as políticas públicas para infância, adolescência e juventude, e as pessoas em situação de vulnerabilidade social,

visando contribuir para a prevenção, redução e solução dos conflitos sociais por meio da inclusão social e da disseminação da cultura de paz

PORTARIAS – SEFA

PORTARIA Nº 41, DE 15 DE ABRIL DE 2015- SEFA

Informar o valor da Quota do ICMS aos Municípios, no período de 01 a 31 de março de 2015

PORTARIA Nº 42, DE 15 DE ABRIL DE 2015- SEFA

Informar o valor da Quota do IPI Exportação aos Municípios no mês de março de 2015

PORTARIA Nº 43, DE 15 DE ABRIL DE 2015- SEFA

Informar o valor da Quota Parte do IPVA aos Municípios no período de 01 a 31 de março de 2015

PORTARIA Nº 52, DE 12 DE MAIO DE 2015.*- SEFA

Institui o Grupo de Trabalho da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM com o fim de implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM no Estado do Pará.

PORTARIA Nº 53, DE 15 DE MAIO DE 2015 - SEFA

Informar o valor da Quota do ICMS aos Municípios, conforme discriminação abaixo: ICMS - período de 01 a 30 de abril de 2015

PORTARIA Nº 54, DE 15 DE MAIO DE 2015 - SEFA

Informar o valor da Quota do IPI Exportação aos Municípios - mês de abril de 2015

PORTARIA Nº 55, DE 15 DE MAIO DE 2015 - SEFA

Informar o valor da Quota Parte do IPVA aos Municípios, conforme discriminação abaixo: IPVA - período de 01 a 30 de abril de 2015

PORTARIA Nº 145, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - SEFA

Informa o valor da Quota do ICMS aos Municípios, período de 01 a 31 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 146, DE 17 DE JUNHO DE 2015 - SEFA

Informa o valor da Quota do IPI Exportação aos Municípios IPI - mês de maio de 2015.

PORTARIA Nº 147, DE 17 DE JUNHO DE 2015 – SEFA

Informa o valor da Quota Parte do IPVA aos Municípios, período de 01 a 31 de maio de 2015.

PORTARIA Nº 971, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2015- SEFA

Altera a Portaria n.º 52, de 12 de março de 2015, que instituiu o Grupo de Trabalho da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM com o fim de implantar a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM no Estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA Nº 593, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015- SEAD/SEFA/AGE

Estabelece os procedimentos e as normas a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o ajuste patrimonial concernente ao cadastro movimentação, baixa e alienação de bens com datas de origem anterior a 12.01.2015, e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA Nº 1004, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015- SEFA/SEPLAN/SEAD/AGE

Estabelece os procedimentos e as normas a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o encerramento anual da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do exercício financeiro de 2015, e dá outras providências correlatas.

PORTARIA Nº 1139, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015- SEFA

Institui o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final – PMPF do produto cerveja, posição 2203 da NCM/SH, e dá outras providências.

PORTARIAS – DETRAN

PORTARIA Nº 281/2015 - DETRAN

Regulamenta o processo de credenciamento de empresas para a realização de vistoria veicular mecanizada para fins de licenciamento anual no Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 282/2015 - DETRAN

Regulamenta o processo de vistorias veiculares para fins de licenciamento anual no Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIAS – FAPESPA

PORTARIA Nº 067, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 - GABINETE/FAPESPA

Institui Programas de Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação, à Formação de Recursos Humanos e à Divulgação, Difusão e Popularização de Ciência, Tecnologia e Inovação no âmbito da FAPESPA

PORTARIA Nº 068, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 - GABINETE/FAPESPA

Estabelece modalidades de Bolsas apoiadas pela FAPESPA e critérios gerais para sua concessão.

PORTARIA Nº 069, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014 - GABINETE/FAPESPA

Aprova valores para as modalidades de bolsas apoiadas pela FAPESPA.

PORTARIAS – INMETRO

PORTARIA Nº 020, DE 15 DE JANEIRO DE 2015 - GAB/IMETROPARÁ

Dispõe sobre normas e procedimentos necessários ao funcionamento e ao aperfeiçoamento do Bônus-Desempenho.

PORTARIAS – ITERPA

PORTARIA Nº 019, DE 14 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 19.866,5122ha (dezenove mil, oitocentos e sessenta e seis hectares, cinquenta e um ares e vinte e dois centiares), insere no Município de Moju, denominada “GLEBA MOJU III - PARTE A”.

PORTARIA Nº 021, DE 15 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará,

incluídas em poligonal com 2.199,1237ha (dois mil, cento e noventa e nove hectares, doze ares e trinta e sete centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA NOVA VIDA III.”

PORTARIA Nº 022, DE 15 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.996,9358ha (um mil, novecentos e noventa e seis hectares, noventa e três ares e cinqüenta e oito centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA BOA ESPERANÇA DO URAIM.”

PORTARIA Nº 023, DE 15 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 59,7651ha (cinqüenta e nove hectares, setenta e seis ares e cinqüenta e um centiares), inserta no Município de Vigia, denominada “SÍTIO RESPLENDOR.”

PORTARIA Nº 026, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 0,0338ha (três ares e trinta e oito centiares), inserta no Município de Marituba.

PORTARIA Nº 027, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 471,0546ha (quatrocentos e setenta e um hectares, cinco ares e quarenta e seis centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA SANTA ROSA.

PORTARIA Nº 028, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 260,3059ha (duzentos e sessenta hectares, trinta ares e cinqüenta e nove centiares), inserta no Município de Abaetetuba, denominada “FAZENDA CAJUEIRO.

PORTARIA Nº 030, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 98,6593ha (noventa e oito hectares, sessenta e cinco ares e noventa e três centiares), inserta no Município de Abaetetuba, denominada “FAZENDA PAULISTA”.

PORTARIA Nº 031, DE 16 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 166,5930ha (cento e sessenta e seis hectares, cinqüenta e nove ares e trinta centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará, denominada “GLEBA SANTA BÁRBARA I”.

PORTARIA Nº 032, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 497,1703ha (quatrocentos e noventa e sete hectares, dezessete ares e tres centiares), inserta no Município de Garrafão do Norte, denominada “GLEBA CUTUVELO”.

PORTARIA Nº 033, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 13,9834ha (treze hectares, noventa e oito ares e trinta e quatro centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará.

PORTARIA Nº 034, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará,

incluídas em poligonal com 5.748,5247ha (cinco mil, setecentos e quarenta e oito hectares, cinquenta e dois ares e quarenta e sete centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA SANTA MARIA”.

PORTARIA Nº 035, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 158,9842ha (cento e cinquenta e oito hectares, noventa e oito ares e quarenta e dois centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA CONCEIÇÃO II”.

PORTARIA Nº 036, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.541,2592ha (um mil, quinhentos e quarenta e um hectares, vinte e cinco ares e noventa e dois centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA CAITÍ”

PORTARIA Nº 037, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 178,3765ha (cento e setenta e oito hectares, trinta e sete ares e sessenta e cinco centiares), inserta no Município de São Miguel do Guamá, denominada “GLEBA PARICÁ - ÁREA 01”.

PORTARIA Nº 038, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 188,7117ha (cento e oitenta e oito hectares, setenta e um ares e dezessete centiares), inserta no Município de São Miguel do Guamá, denominada “GLEBA PARICÁ - ÁREA 02”.

PORTARIA Nº 039, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 3,1648ha (três hectares, dezesseis ares e quarenta e oito centiares), inserta no Município de São Miguel do Guamá, denominada “GLEBA PARICÁ - ÁREA 3”.

PORTARIA Nº 040, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.443,0664ha (um mil, quatrocentos e quarenta e três hectares, seis ares e sessenta e quatro centiares), inserta no Município de Bujaru, denominada “GLEBA TRAQUATEUA”.

PORTARIA Nº 041, DE 20 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.325,5571ha (um mil, trezentos e vinte e cinco hectares, cinquenta e cinco ares e setenta e um centiares), inserta no Município de Bagre, denominada “FAZENDA ÁGUA BOA”.

PORTARIA Nº 046, DE 21 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 6,7528ha (seis hectares, setenta e cinco ares e vinte e oito centiares), inserta no Município de Santa Isabel do Pará, denominada “FAZENDA AMARILDO”.

PORTARIA Nº 050, DE 27 DE JANEIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 147,6136ha (cento e quarenta e sete hectares, sessenta e um ares e

trinta e seis centiares), inserta no Município de Santa Izabel do Pará, denominada “FAZENDA AMERICANO”.

PORTARIA Nº 068, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 46,0654ha (quarenta e seis hectares, seis ares e cinquenta e quatro centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará.

PORTARIA Nº 069, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 35,2691ha (trinta e cinco hectares, vinte e seis ares e noventa e um centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará.

PORTARIA Nº 0133, DE 19 DE MARÇO DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 0,3029ha (trinta ares e vinte e nove centiares), inserta no Município de Capanema, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0153, DE 13 DE ABRIL DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2,9039ha (dois hectares, noventa ares e trinta e nove centiares), inserta no Município de Benevides, denominada “SÍTIO LA PAZ”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0155, DE 14 DE ABRIL DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.382,9715ha (mil trezentos e oitenta e dois hectares, noventa e sete ares e quinze centiares), inserta nos Municípios de Itupiranga, com 530,1547ha e Marabá, com 852,8168ha, denominada “FAZENDA BEIRA RIO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0168, DE 17 DE ABRIL DE 2015 - ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 27,5949ha (vinte e sete hectares, cinquenta e nove ares e quarenta e nove centiares), inserta no Município de Moju, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0182, DE 29 DE ABRIL DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 61,8078ha (sessenta e um hectares, oitenta ares e setenta e oito centiares), inserta no Município de Santo Antônio do Tauá, denominada “GLEBA SANTO ESTEVÃO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0183, DE 29 DE ABRIL DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 890,9287ha (oitocentos e noventa hectares, noventa e dois ares e oitenta e sete centiares), inserta no Município de Bonito, denominada “GLEBA MIRITI”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0186, DE 04 DE MAIO DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 3,5911ha (três hectares, cinquenta e nove ares e onze centiares), insere no Município de Santa Bárbara do Pará, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0187, DE 04 DE MAIO DE 2015 – ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 3.549,4828ha (três mil, quinhentos e quarenta e nove hectares, quarenta e oito ares e vinte e oito centiares), insere no Município de Redenção, denominada “GLEBA SERRANA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0260, DE 29 DE MAIO DE 2015 – ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 112,5972ha (cento e doze hectares, cinquenta e nove ares e setenta e dois centiares), insere no Município de Benevides, denominada “GLEBA COREINHA”.

PORTARIA Nº 0269, DE 02 DE JUNHO DE 2015 – ITERPA

Autoriza o RESGATE ADMINISTRATIVO do imóvel rural denominado “FAZENDA TRÊS IRMÃOS”, situado no Município de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - PARÁ, com área dimensionada de 152ha34a26ca, em favor de JOSÉ PEREIRA.

PORTARIA Nº 0279, DE 12 DE JUNHO DE 2015 – ITERPA

Arrecada área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2,2062ha (dois hectares, vinte ares e sessenta e dois centiares), insere no Município de Santa Bárbara do Pará

PORTARIA Nº 0319, DE 17 DE JUNHO DE 2015 – ITERPA

Autoriza o RESGATE ADMINISTRATIVO do imóvel rural denominado “FAZENDA NOSSA SENHORA DA GUIA”, situado no Município de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - Estado do Pará, com área dimensionada de 173ha39a81ca (cento e setenta e três hectares, trinta e nove ares e oitenta e um centiares), em favor de MANOEL PEREIRA DOS SANTOS.

PORTARIA Nº 0320, DE 17 DE JUNHO DE 2015 – ITERPA

Autoriza o RESGATE ADMINISTRATIVO do imóvel rural denominado “FAZENDA AÇAIZAL”, situado no Município de SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - Estado do Pará, com área dimensionada de 84ha12a67ca (oitenta e quatro hectares, doze ares e sessenta e sete centiares), em favor de BERTOLDO PEREIRA CARDOSO FILHO.

PORTARIA Nº 0363, DE 09 DE JULHO DE 2015.- ITERPA

ARRECADAR áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com área total de 8,3653ha (oito hectares, trinta e seis ares e cinquenta e três centiares), situada no Município de Capanema, denominada “CHÁCARA SANTA MARIA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0368, DE 14 DE JULHO DE 2015.- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 34,8872ha (trinta e quatro hectares, oitenta e oito ares e setenta e dois centiares), insere no Município de Benevides, denominada “SÍTIO SANTO AMARO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0370, DE 15 DE JULHO DE 2015.- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 125,1008ha (cento e vinte e cinco hectares, dez ares e oito centiares), inserta no Município de Moju, denominada “FAZENDA SÃO JOSÉ”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo.

PORTARIA Nº 0398, DE 27 DE JULHO DE 2015.- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2.288,6742ha (dois mil, duzentos e oitenta e oito hectares, sessenta e sete ares e quarenta e dois centiares), inserta no Município de Marabá, denominada “GLEBA GENGIBRA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0372, DE 16 DE JULHO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 114,6996ha (cento e quatorze hectares, sessenta e nove ares e noventa e seis centiares), inserta no Município de Tomé-Açu, denominada “FAZENDA MORRO ALTO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0378, DE 21 DE JULHO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 28,3444ha (vinte e oito hectares, trinta e quatro ares e quarenta e quatro centiares), inserta no Município de Abaetetuba, denominada “FAZENDA SÃO LUIS”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0417, DE 03 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 2.283,4296 (dois mil, duzentos e oitenta e três hectares, quarenta e dois ares e noventa e seis centiares), inserta no Município de Ipixuna do Pará, denominada “GLEBA TIMBUÍA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0418, DE 03 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.913,7949 (um mil, novecentos e treze hectares, setenta e nove ares e quarenta e nove centiares), inserta no Município de Ipixuna do Pará, denominada “GLEBA MARINGÁ”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0419, DE 03 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.984,6116 (um mil, novecentos e oitenta e quatro hectares, sessenta e um ares e dezesseis centiares), inserta no Município de Ipixuna do Pará, denominada “GLEBA FIRMIANO”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0489, DE 10 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 13.050,8839 ha (treze mil, cinquenta hectares, oitenta e oito ares e trinta e nove centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA

ESMERALDA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0490, DE 10 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 263,1339 ha (duzentos e sessenta e três hectares, treze ares e trinta e nove centiares), inserta no Município de Paragominas, denominada “GLEBA RIO CANDIRU AÇU”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0450, DE 04 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1,9991 (um hectare, noventa e nove ares e noventa e um centiares), inserta no Município de Santarém, sem denominação, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0519, DE 12 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 236,8165ha (duzentos e trinta e seis hectares, oitenta e um ares e sessenta e cinco centiares), inserta no Município de Colares, denominada “FAZENDA NITHEROY”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0554, DE 21 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR áreas de terras devolutas, incorporando-as ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com área total de 431,5014ha (quatrocentos e trinta e um hectares, cinquenta ares e quatorze centiares), situada nos Municípios de Tailândia com 292,3241ha e Moju com 139,1773ha, denominada “FAZENDA SERTANEJA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0574, DE 27 DE AGOSTO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 1.356,0810ha (um mil, trezentos e cinqüenta e seis hectares, oito ares e dez centiares), inserta no Município de Almeirim, denominada “FAZENDA JABURU”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA

PORTARIA Nº 0701, DE 14 DE OUTUBRO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 200,3894ha (duzentos hectares, trinta e oito ares e noventa e quatro centiares), inserta no Município de Santa Bárbara do Pará, denominada “GLEBA MAURÍCIA”, com limites, confrontações e demais especificações técnicas constantes em Memorial Descritivo elaborado pelo ITERPA.

PORTARIA Nº 0705, DE 16 DE OUTUBRO DE 2015- ITERPA

ARRECADAR, área de terras devolutas, incorporando-a ao patrimônio do Estado do Pará, incluídas em poligonal com 4,5785ha (quatro hectares, cinqüenta e sete ares e oitenta e cinco centiares), inserta no Município de Bragança, denominada “SÍTIO SANTO ANTONIO BRAÇO DO LAGO”.

PORTARIA Nº 0809, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015 - ITERPA

Fica autorizada a regularização fundiária da área aforada mediante RESGATE em regime especial da “FAZENDA SAGRADA FAMÍLIA”, com 541ha48a16ca (quinhentos e quarenta e um

hectares, quarenta e oito ares e dezesseis centiares), situada no Município de MARABÁ, Estado do Pará, em favor do ESPÓLIO de RAMIRO FRANCISCO DE ALMEIDA.

PORTARIAS – SEMAS

PORTARIA Nº 317, 24 DE MARÇO DE 2015.- SEMAS

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho Permanente para apoiar e acompanhar a definição, divulgação e reavaliação dos critérios e indicadores do denominado ICMS Verde, previstos no Decreto Estadual no 775, de 26 de junho de 2013, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 318 DE 24 DE MARÇO DE 2015.- SEMAS

Dispõe sobre delegação de competência para execução de atos administrativos do perfil gerencial do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará - CEPROF/PA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 506, DE 07 DE MAIO DE 2015 - SEMAS

Prorrogação da PORTARIA Nº 318/2015-GAB/SEMAS, que dispõe sobre delegação de competência para execução de atos administrativos do perfil gerencial do Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará - CEPROF/PA, da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 508, DE 07 DE MAIO DE 2015 - SEMAS

Dispõe sobre a concessão de Licença de Atividade Rural – LAR referente à atividade rural, a ser realizada em área de Uso Alternativo do Solo consolidada antes de 22 de julho de 2008 sem autorização de supressão, obtenção do Certificado de Liberação de Crédito de Reposição Florestal - CLCRF mediante prévia assinatura do Termo de Compromisso Ambiental - TCA, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 826, DE 26, DE JUNHO DE 2015- SEMAS

Dispõe sobre os dados e informações referentes aos critérios para repasse do ICMS Verde.

PORTARIA Nº 1.209 DE 03 DE SETEMBRO DE 2015- SEMAS

Estabelece os procedimentos e critérios, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará- SEMAS/PA, para a restituição de valores pagos, indevidamente, por meio de Documento de Arrecadação Estadual-DAE, e dá outras providências.

PORTARIA Nº1446/2015 - GAB/SEMAS

Dispõe sobre o embargo administrativo de áreas irregularmente desmatadas, nos termos da Instrução Normativa no 07, de 19 de novembro de 2014, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará – SEMAS/PA.

PORTARIAS – EGPA

PORTARIA Nº 153 DE 22 DE MAIO DE 2015 - EGPA

Estabelece valores da hora trabalhada e procedimentos para pagamento por encargo de curso na modalidade EaD.

PORTARIA Nº 165 DE 01 DE JUNHO DE 2015 – EGPA

Estabelece valores de remuneração e procedimentos para pagamento por encargo de cursos Técnico, Graduação e pós graduação lato sensu, na modalidade presencial.

PORTARIAS – RENATO CHAVES

PORTARIA Nº 147/15 - GAB/DGCP CRC DE 15 DE JUNHO DE 2015 – RENATO CHAVES

Regulamenta a escala de serviço dos servidores peritos criminais e peritos médico legistas que laboram nas Unidades Regionais do Centro de Perícias Científicas “Renato Chaves”.

PORTARIAS – STF

PORTARIA Nº 24, DE 26 DE JANEIRO DE 2015 - STF

Comunica que não haverá expediente na Secretaria do Tribunal nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2015

PORTARIA Nº 60, DE 16 DE MARÇO DE 2015 - STF

Fica suspenso o expediente na Secretaria do Tribunal nos dias 1º, 2 e 3 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 98 DE 05/05/2015- STF

Suspende o expediente da Secretaria do Tribunal no dia 4 de junho de 2015 (quinta-feira).

PORTARIA Nº 117, DE 9 DE JUNHO DE 2015- STF

Comunicar que durante o período de 2 a 31 de julho de 2015 os prazos processuais ficarão suspensos e o expediente na Secretaria do Tribunal será das 13 às 18 horas.

PORTARIA Nº 226, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015- STF

Comunicar que não haverá expediente na Secretaria do Tribunal no dia 8 de dezembro de 2015 (terça-feira), em virtude do disposto no Decreto-Lei nº 8.292, de 5 de dezembro de 1945.

PORTARIAS – MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ

PORTARIA Nº 7383/2015-MP/PGJ

Disciplina o pagamento do auxílio-moradia no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

PORTARIA Nº 7467/2015 -MP/PGJ

Altera a Portaria 6421/2014/MP/PGJ, que instituiu o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar

PORTARIA Nº 7802/2015-MP/PGJ

SUSPENDER o expediente no Ministério Público do Estado do Pará na Capital e no Interior, no período de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, sem prejuízo dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 7836/2015-MP/PGJ

Institui, no Ministério Público do Estado do Pará, o Grupo de Trabalho de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Belém e dá outras providências.

PORTARIA Nº 7953/2015-MP/PGJ

Altera o Anexo I, da Resolução Nº 008/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado do Pará.

PORTARIAS – ADEPARA

PORTARIA Nº 2736, DE 17 DE JULHO DE 2015.- ADEPARÁ

Instituir que todo subproduto de origem animal, com origem no Estado do Pará, para fins industriais, quando em trânsito intraestadual, deve estar acompanhado do Certificado Sanitário Estadual (CSE) ou Guia de Trânsito (GT) de modelo padronizado pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado Pará/ADEPARÁ conforme o anexo V e VI desta Portaria.

PORTARIAS – SEDAP

PORTARIA Nº 235, DE 12 AGOSTO DE 2015- SEDAP

Constituir o Comitê Gestor Estadual do Plano de Agricultura de Baixo Carbono, Plano ABC, no Estado do Pará,

PORTARIAS – SEPLAN

PORTARIA Nº 60, DE 17 DE JUNHO DE 2015- SEPLAN

Alterar o montante aprovado na Programação Orçamentária e no Cronograma Mensal de Desembolso dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, do segundo quadrimestre do exercício de 2015

PORTARIA Nº 62, DE 19 DE JUNHO DE 2015 – SEPLAN

Reduzir no montante de R\$ 871.937,00 (Oitocentos e Setenta e Um Mil, Novecentos e Trinta e Sete Reais), a quota do primeiro quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s)

PORTARIA Nº 63, DE 23/06/2015 – SEPLAN

Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e Cinco Mil Reais), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s)

PORTARIA Nº 85, DE 10 DE AGOSTO DE 2015 - SEPLAN

Reduzir no montante de R\$ 489.000,00 (Quatrocentos e Oitenta e Nove Mil Reais), a quota do segundo quadrimestre, referente ao(s) grupo(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s)

PORTARIA Nº 87, DE 11 DE AGOSTO DE 2015 – SEPLAN

Alterar a Modalidade de Aplicação e o(s) elemento(s) de despesa no valor de R\$ 155.426,23 (Cento e Cinquenta e Cinco Mil, Quatrocentos e Vinte e Seis Reais e Vinte e Três Centavos), na(s) dotação(ões) do(s) elemento(s) de despesa(s) da(s) Unidade(s) Orçamentária(s), conforme o(s) inciso(s) I e II do art. 16 da LOA 2015.

PORTARIAS – SEAD

PORTARIA Nº 575 DE 29 DE OUTUBRO DE 2015- SEAD

Dispõe sobre a jornada de trabalho e frequência dos servidores da Secretária de Estado de Administração - SEAD e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA Nº 593, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015- SEAD/SEFA/AGE

Estabelece os procedimentos e as normas a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta, para o ajuste patrimonial concernente ao cadastro movimentação, baixa e alienação de bens com datas de origem anterior a 12.01.2015, e dá outras providências.

PORTARIA CONJUNTA Nº 631, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015- SEAD/SEFA/AGE

Dispõe sobre a integração do Sistema de Patrimônio Mobiliário do Estado do Pará - SISPAT WEB, Sistema de Materiais e Serviços - SIMAS e Sistema de Gestão Integrado de Recursos Humanos - SIGIRH ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, e dá outras providências.

PORTARIAS – TJ/PA

PORTARIA Nº 577 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2015 - GP/TJ-PA

DECLARAR ponto facultativo nos dias 16 e 18 de fevereiro de 2015, com a consequente suspensão do expediente, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 933 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015. - TJ/PA

Declarar ponto facultativo no dia 02 de abril de 2015, com a consequente suspensão do expediente, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 953 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015 - TJ/PA

Declarar em caráter excepcional, ponto facultativo no dia 20 de abril de 2015, com a consequente suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 1400/2015 -TJ/PA

Suspender os prazos processuais nos dias 30 e 31 de março e 1º de abril do corrente ano em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará sem prejuízo do plantão judicial, do funcionamento do Serviço de Protocolo e das audiências já designadas para as referidas datas.

PORTARIA Nº1401/2015 - TJ/PA

Suspender o expediente em todas as Unidades Administrativas e Judiciais do Poder Judiciário do Estado do Pará no dia 1º de abril de 2015, sem prejuízo do plantão e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 934/2015-GP-TJ/PA

Suspende os prazos processuais no período compreendido entre 27 e 29 de abril de 2015.

PORTARIA Nº 1747 DE 06/05/2015 - TJ/PA

Declarar, em caráter excepcional, ponto facultativo no dia 5 de junho de 2015, com a consequente suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 2826/2015- TJ/PA

Determinar, em caráter excepcional, que o expediente das unidades administrativas e judiciais do Poder Judiciário do Estado do Pará, no período de 06 a 31 de julho de 2015, seja de 08 às 13h, sem prejuízo do funcionamento do Serviço de Protocolo, dos serviços essenciais e do plantão judicial.

PORTARIA Nº 3161/2015- TJ/PA

Declarar, em caráter excepcional, ponto facultativo no dia 31 de julho de 2015, com suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, dos prazos processuais, das audiências e do atendimento ao público em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIA Nº 3717/2015- TJ/PA

Suspende os prazos processuais no período compreendido entre 07 e 20 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 4633/2015- TJ/PA

Dispõe sobre a suspensão do expediente forense no período de 20 de dezembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016.

PORTARIA Nº 4913/2015- TJ/PA

DECLARAR, em caráter excepcional, ponto facultativo no dia 7 de dezembro de 2015, com a consequente suspensão do expediente interno das unidades administrativas e judiciárias, em todos os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará, sem prejuízo do plantão judicial e dos serviços essenciais.

PORTARIAS – SESPA

PORTARIA Nº 943, DE 03 AGOSTO DE 2015- SESPA

Definir em 30% o valor percentual incidente sobre a receita trimestral de produção a ser disponibilizado para pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional, criada pela Lei nº 6.673 de 02 de agosto de 2004 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.554 de 21 de março de 2005, paga trimestralmente a servidores no exercício da área-meio e fim dos órgãos e entidades que desenvolvam atividades voltadas para a área da saúde.

PORTARIA Nº 943, DE 03 AGOSTO DE 2015- SESPA

Definir em 30% o valor percentual incidente sobre a receita trimestral de produção a ser disponibilizado para pagamento da Gratificação de Desempenho Institucional, criada pela Lei nº 6.673 de 02 de agosto de 2004 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 1.554 de 21 de março de 2005, paga trimestralmente a servidores no exercício da área-meio e fim dos órgãos e entidades que desenvolvam atividades voltadas para a área da saúde.

PORTARIAS – SEDEME

PORTARIA Nº 013/2015 - GS/SEDEME

Altera os artigos 3º e 4º da PORTARIA Nº 052/2014, de 15 de maio de 2014 que institui o Núcleo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais no estado do Pará.

PORTARIA CONJUNTA SEDEME/SEDAP/SEDUC Nº 02/2015, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015

Dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho do Programa Estadual de Compras Governamentais da Agricultura Familiar na Alimentação Escolar, com o fim de incrementar o percentual de compras de produtores rurais do segmento da agricultura familiar.

PORTARIAS – FCP

PORTARIA Nº 567, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015- FCP

Instituir o Programa de Qualificação de Bibliotecas Municipais, no âmbito da Fundação Cultural do Pará.

PORTARIAS – OAB

PORTARIA Nº 499 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015- OAB

Dispõe sobre recesso na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará no período de 23 de dezembro de 2015 a 3 de janeiro de 2016.

PORTARIAS – HEMOPA

PORTARIA Nº 101/AJUR/GABINETE/HEMOPA- DE 04 DE MARÇO DE 2015

Institui a Política de Pesquisas e Proteção ao Conhecimento da Fundação Hemopa e dá outras providências

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEMAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 15 DE MAIO DE 2015 - SEMAS

Dispõe sobre a inscrição no Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos do Pará – CERH/PA, bem como sobre a Declaração de Uso de Recursos Hídricos e recolhimento da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos do Pará - TRFH/PA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 06 DE JULHO DE 2015.- SEMAS

Dispõe sobre a Autorização de Supressão de Vegetação - ASV, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará - SEMAS/PA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 13 DE JULHO DE 2015.- SEMAS

Dispõe sobre os procedimentos e critérios para a inscrição integrada nos Cadastros Técnicos Estadual e Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP CTE/APP-PA) e para o pagamento unificado das Taxas Estadual e Federal de Controle e Fiscalização Ambiental (TFA/APP-PA e TCFA/APP), e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015- SEMAS

Estabelece procedimentos para o cadastramento e a atualização cadastral virtual dos empreendimentos registrados no Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA/PA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015- SEMAS

Dispõe sobre procedimentos técnicos para elaboração, apresentação, execução e avaliação técnica de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS nas florestas nativas exploradas ou não e suas formas de sucessão no Estado do Pará, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06 DE 10 DE SETEMBRO DE 2015- SEMAS

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso da certificação digital para o acesso e a operacionalização no Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA-PA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 07 DE 05 OUTUBRO DE 2015 - SEMAS

Revoga da Instrução Normativa no 02, de 26 de fevereiro de 2014, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015- SEMAS

Define procedimentos administrativos para a realização de limpeza e autorização de supressão, a serem realizadas nas áreas de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração, localizadas fora da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente - APP dos imóveis rurais, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09 DE 23 NOVEMBRO DE 2015 - SEMAS

Estabelece os procedimentos e critérios para a inscrição no Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará - CEPROF/PA e utilização do Sistema de Comercialização e Transporte dos Produtos Florestais do Estado do Pará - SISFLORA/PA, e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEFA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 28, DE JANEIRO DE 2015- SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 0004, de 19 de fevereiro de 2004, que estabelece procedimentos para a apresentação da Declaração de Informações Econômico-Fiscais - DIEF e homologa o Manual de Preenchimento.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 13 DE MARÇO DE 2015- SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 19, de 5 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização, competências, atribuições e funcionamento da Julgadoria de Primeira Instância e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03, DE 18 DE MARÇO DE 2015- SEFA

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao reconhecimento de imunidade e de isenção do Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos – ITCD.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 25 DE MARÇO DE 2015. *- SEFA

Disciplina os procedimentos relativos ao reconhecimento de não-incidência, de isenção e de dispensa de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5 DE 11 DE MAIO DE 2015 - SEFA

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recolhimento da Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos – TFRH.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 08 DE JUNHO DE 2015- SEFA

Dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários referentes ao Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação de quaisquer bens ou direitos, instituído pela Lei n.º 5.529, de 5 de janeiro de 1989.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08, DE 11 DE JUNHO DE 2015 – SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 0024, de 18 de novembro de 2010, que estabelece procedimentos referentes às ações fiscais de natureza tributária e não tributária promovidas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º09, DE 22 DE JUNHO DE 2015- SEFA

Altera dispositivo da Instrução Normativa n.º 026, de 23 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a apuração do valor adicionado das empresas extratoras de minério e de substâncias minerais dos Municípios paraenses no produto da arrecadação do ICMS.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 13 DE JULHO DE 2015- SEFA

Dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários referentes ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 11 DE 15 DE JULHO DE 2015 - SEFA

Dispõe sobre os procedimentos necessários ao cadastramento, no Sistema Integrado de Administração Tributária - SIAT, de documento fiscal relativo à aquisição de veículos novos por contribuintes domiciliados no Estado do Pará.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13 DE 27 DE JULHO DE 2015- SEFA

Dispõe sobre os procedimentos para o pedido de cessação de equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, por meio do Portal de Serviços da SEFA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14, DE 12 DE AGOSTO DE 2015- SEFA

Prorroga o prazo para recolhimento de parcelamento do Imposto de Transmissão “Causa Mortis” e Doação - ITCD, previsto na Instrução Normativa n.º 06 de 08 de junho de 2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 28 DE AGOSTO DE 2015- SEFA

Estabelece normas complementares à concessão de crédito outorgado do ICMS ao contribuinte estabelecido no Estado do Pará que, em operação interna, fornecer materiais de construção através do uso do CHEQUE MORADIA, instituído pelo Decreto n.º 432, de 23 de setembro de 2003.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.378, de 03 de setembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 10 DE SETEMBRO DE 2015- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.378, de 03 de setembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fiscal – PROREFIS, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 17 DE SETEMBRO DE 2015- SEFA

Dispõe sobre a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, de que trata o art.11-B do Decreto n.º 4.676, de 18 de junho de 2001, às empresas de energia elétrica, estabelecidas em território paraense, para execução do Programa Luz para Todos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 06 DE OUTUBRO DE 2015 - SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 28, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização de Nota fiscal de Consumidor eletrônica – NFC-e.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015- SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 019, de 02 de setembro de 2010, que define as mercadorias de que trata o art 126 do Anexo I do Regulamento do Imposto sobre Operações

Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, aprovado pelo Decreto nº 4676, de 18 de junho de 2001, e dá outras providências

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015-SEFA

Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 4, de 25 de março de 2015, que disciplina os procedimentos relativos ao reconhecimento de não-incidência, de isenção e de dispensa de pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015- SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 15, de 28 de agosto de 2015, que estabelece normas complementares à concessão de crédito outorgado do ICMS ao contribuinte estabelecido no Estado do Pará que, em operações internas, fornecer materiais de construção através do uso do CHEQUE MORADIA, instituído pelo Decreto n.º 432, de 23 de setembro de 2003.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0026, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.439, de 1º de dezembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias - ICM e com o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 0027, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015- SEFA

Estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto n.º 1.439, de 1º de dezembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 32, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015 - SEFA

Altera a Instrução Normativa n.º 0027, de 02 de dezembro de 2015 estabelece procedimentos para a fruição do benefício fiscal de que trata o Decreto nº 1.439, de 1º de dezembro de 2015, que institui o Programa de Regularização Fiscal - PROREFIS, referente aos débitos relacionados com o Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores - IPVA e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 33, DE 23 DE 12 DE 2015 - SEFA

Altera os dispositivos da Instrução Normativa n.º 0006, de 7 de junho de 2013, que dispõe sobre o parcelamento de créditos tributários relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015- SEFA

Aprova o calendário de vencimentos e a tabela de valores, referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, para o exercício fiscal de 2016, e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – DEFENSORIA PÚBLICA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 27 DE MAIO DE 2015 - DEFENSORIA PÚBLICA

Dispõe acerca da atuação dos Defensores Públicos do Estado do Pará nas causas com valor inferior a 20 (vinte) salários mínimos, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEICOM

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA Nº 001/2015, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015-CCG/AGE/SECOM

Dispõe sobre a definição de Formulários Padrão, do modelo do Relatório Anual da Autoridade de Gerenciamento e da Identidade Visual/Imagem Institucional do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.PA, disciplinados no Decreto Estadual Nº 3.159/2015, de 31 de Agosto de 2015, e dá outras providências.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015- SECOM

Dispõe sobre o banco de dados de docentes para ministrar oficinas desenvolvidas pela Diretoria de Comunicação Popular e Comunitária da Secretaria de Estado de Comunicação e dá outras providências.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – SEAD

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015 -SEAD/DGL

Dispõe sobre procedimentos a serem adotados pela Administração Pública Estadual, relacionados ao abastecimento e utilização dos veículos oficiais do Estado.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – IDEFLOR

INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2015 – PRESIDENCIA/DGFLOP IDEFLOR-BIO

Estabelece procedimentos para reajuste dos preços contratuais, através de apostilamento, dos contratos de concessão florestal celebrados com o Ideflor-bio.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – AGE

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015- AGE

Dispõe sobre a definição de procedimentos a serem observados para Designação de Autoridade de Gerenciamento no âmbito dos Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, de que trata o Decreto Estadual Nº 1.359/2015.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015.- AGE

Atualiza dispositivos da IN AGE Nº 001/2014, de 20 de novembro de 2014, que dispõe sobre a definição de procedimentos adicionais a serem observados pelos Órgãos/Entidades integrantes do Poder Executivo Estadual por ocasião da Prestação de Contas de Gestão de Recursos Públicos Estaduais Anual junto ao Tribunal de Contas do Estado - TCE, objetivando disciplinar, a partir do Exercício 2015, a Emissão dos Relatórios e Pareceres dos Órgãos Componentes do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – ITERPA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015- ITERPA

Dispõe sobre o procedimento legal para a retificação de área de títulos definitivos emitidos pelo Estado do Pará, com discrepância de localização geográfica e de perímetro em relação à área efetivamente ocupada.

INSTRUÇÕES NORMATIVAS – POLÍCIA CIVIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2015-CGPC

Dispõe sobre a concessão de fiança e a necessidade da fundamentação concreta na redução ou majoração do valor arbitrado.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2015-CGPC

Dispõe sobre a instauração, advocatura, tramitação e redistribuição de procedimentos policiais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2015 - DGPC

Implantar o projeto da audiência de custódia nas Seccionais Urbanas de São Brás, Sacramento, Marambaia e UIPP Terra Firme, de segunda a sexta-feira.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2015 - DGPC

Dispõe, no âmbito do Estado do Pará, sobre o registro de ocorrências de crimes de furto e roubo de aparelhos de telefonia móvel celular, bem como o encaminhamento do bloqueio de IMEI junto às operadoras de telefonia celular.

RESOLUÇÃO – CEPCP

RESOLUÇÃO Nº 003/15 - CEPCP/PA

Recomenda diretrizes no âmbito da política estadual quanto à prevenção do delito, administração da justiça criminal e a execução das penas e medidas de segurança no que tange a utilização do equipamento de monitoração eletrônica.

RESOLUÇÕES – CEASA

RESOLUÇÃO Nº 0001, DE 06 DE MARÇO DE 2015.- CEASA/PA

Disciplina o procedimento a ser adotado pelo acionista majoritário e diretores, nas compras, serviços e propostas de dispensa e inexigibilidade de Licitação no estado do Pará, e dá outras providências

RESOLUÇÕES – TCE

RESOLUÇÃO Nº 18.679 - TCE

Dispõe sobre a composição das listas de unidades jurisdicionadas a que se refere o § 2º do art. 52 do Ato nº 63, de 17 de dezembro de 2012, com as modificações decorrentes da reestruturação administrativa constante da Lei nº 8.096, de 01 de janeiro de 2015.

RESOLUÇÃO Nº. 18.718/2015- TCE

Altera a Resolução nº 17.794/2009 que instituiu o Sistema de Planejamento e Gestão, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 30 DE ABRIL DE 2015 - MP/PA

Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002/2015/MP/CSMP, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Altera a Resolução nº 005/2014/MP/CSMP, de 18 de novembro de 2014, que dispõe sobre o procedimento de remessa ao Conselho Superior nos casos em que for apresentado declínio de atribuição em procedimentos extrajudiciais do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 21 DE JANEIRO DE 2015 - CPJ

Dispõe sobre a revisão do subsídio mensal dos membros do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 21 DE JANEIRO DE 2015 - CPJ

Altera a redação do § 3º do art. 2º da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plantão do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 21 DE JANEIRO DE 2015 - CPJ

Altera a redação do § 3º do art. 2º da Resolução nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Plantão do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 DE 7 DE MAIO DE 2015 - CPJ

Altera a RESOLUÇÃO Nº 016/2013-CPJ, de 11 de setembro de 2013, que instituiu o estágio de nível médio no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, e dá outras providências

RESOLUÇÃO Nº 007/2015 DE 7 DE MAIO DE 2015 - CPJ

Altera a Resolução nº 020/2013-CPJ, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância, das atribuições de cargos de Promotor de Justiça que as integram, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 DE 7 DE MAIO DE 2015 - CPJ

Estabelece critérios para atuação dos membros do Ministério Público do Estado do Pará junto ao Juizado Especial do Torcedor.

RESOLUÇÃO Nº 009/2015-CPJ, DE 21 DE MAIO DE 2015 – CPJ

Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Abaetetuba e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 010/2015-CPJ, DE 9 DE JUNHO DE 2015 – CPJ

Estabelece complementação à bolsa de estágio para os casos de deslocamento dos estagiários do Ministério Público.

RESOLUÇÃO Nº 012/2015, DE 3 DE SETEMBRO DE 2015- CPJ

Altera a redação do parágrafo único do art. 12 da RESOLUÇÃO Nº 020/2013-CPJ, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre a modificação da estrutura das Promotorias de Justiça de Terceira Entrância e das atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 013, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015- CPJ

Dispõe sobre a estrutura das Promotorias de Justiça de Marituba e as atribuições dos cargos de Promotor de Justiça que as integram e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 014, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015- CPJ

Altera a Resolução nº 010/2011-CPJ, de 30 de junho de 2011, que regulamenta os procedimentos do inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 07/2015, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015- MPC

Concede o Colar e a Medalha do Mérito Institucional do Ministério Público de Contas do Estado do Pará às autoridades que menciona.

RESOLUÇÕES – FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 001/2015, DE 22 DE SETEMBRO DE 2015- FCP/GAPRES

Fica instituído o Programa de Incentivo à Arte e à Cultura - SEIVA, com a finalidade de mobilizar recursos e aplicá-los em incentivo e fomento a projetos culturais que concretizem os princípios da Constituição, em especial os dos arts. 215 e 216, em cumprimento às diretrizes do Plano Nacional de Cultura e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais.

RESOLUÇÕES – FUNDAÇÃO CARLOS GOMES

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 22 DE JANEIRO DE 2015 - FCG

Acrescenta o art. 1º-A na Resolução nº. 002 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta o programa de concessão de bolsas da Fundação Carlos Gomes.

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 13 DE AGOSTO DE 2015-FCG

Acrescenta o inciso II ao art. 6º na Resolução nº. 002 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta o programa de concessão de bolsas da Fundação Carlos Gomes.

RESOLUÇÃO Nº 006 DE 13 DE AGOSTO DE 2015-FCG

Altera o disposto no inciso I do artigo 3º da Resolução nº. 004 de 05 de julho de 2012 que aprova e fixa o auxílio de incentivo artístico ao músico colaborador da Fundação Carlos Gomes e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº. 008 DE 27 DE AGOSTO DE 2015- FCG

Acrescenta o art. 1º-B na Resolução nº. 002 de 13 de janeiro de 2012 que regulamenta o programa de concessão de bolsas da Fundação Carlos Gomes.

RESOLUÇÕES – TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 13 DE JANEIRO DE 2015 - TCM/PA

Cria a Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras disposições.

RESOLUÇÃO Nº 11.815 DE 26 DE MARÇO DE 2015 - TCM/PA (REPUBLICAÇÃO)

Altera o índice de correção monetária instituído no parágrafo 5º, do artigo 1º, da resolução nº 9723/2010, que regulamenta o Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos municípios do Estado do Pará – FUMREAP.

RESOLUÇÃO Nº 005/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015- TCM-PA

Institui o Código de Ética dos Membros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 006/2015, DE 28 DE MAIO DE 2015- TCM-PA

Institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 13 DE JANEIRO DE 2015- TCM-PA

Cria a Ouvidoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras disposições.

RESOLUÇÕES – FRC

RESOLUÇÃO Nº 006/2015 – FRC

Aprova os valores de ressarcimento e de complementação da renda mínima em favor das serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 008/2015 - FRC

Aprova os valores de ressarcimento e de complementação da renda mínima em favor das serventias extrajudiciais que prestem serviços de registro civil das pessoas naturais no Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – CEAS

RESOLUÇÃO Nº 014 DE 05 DE MAIO DE 2015 - CEAS/PA

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Aplicação do Recurso do índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGDE-BF/2015.

RESOLUÇÕES – COEMA

RESOLUÇÃO Nº 120, DE 28 DE OUTUBRO 2015- COEMA

Dispõe sobre as atividades de impacto ambiental local, de competência dos Municípios, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES – ICMS

RESOLUÇÃO N.º 001, DE 14 DE JANEIRO DE 2015- ICMS

Acrescenta dispositivos à Resolução nº 020, de 15 de setembro de 2010, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa ALUBAR METAIS E CABOS S/A.

RESOLUÇÃO N.º 002, DE 14 DE JANEIRO DE 2015 - ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa MAQMÓVEIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

RESOLUÇÃO N.º 003, DE 14 DE JANEIRO DE 2015 - ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa EASA - ESTALEIRO DA AMAZÔNIA S.A.

RESOLUÇÃO N.º 004, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa ESCO SUPPLY CARAJÁS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

RESOLUÇÃO N.º 005, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa O BRASIL TIPICO DE PONTA A PONTA INDÚSTRIA, COM. DIST. LTDA.

RESOLUÇÃO N.º 006, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa CONCREM WOOD AGROINDUSTRIAL LTDA.

RESOLUÇÃO N.º 007, DE 14 DE JANEIRO DE 2015. - ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa CARGILL AGRÍCOLA S/A.

RESOLUÇÃO N.º 008, DE 14 DE JANEIRO DE 2015.- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa B&A FOSFATO MINERAÇÃO LTDA.

RESOLUÇÃO N.º 009, DE 14 DE JANEIRO DE 2015. - ICMS

Altera e acrescenta dispositivos a Resolução n.º 007, de 30 de março de 2010, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa FLORAPLAC MDF LTDA.

RESOLUÇÃO Nº 020, DE 20 DE AGOSTO DE 2015.- ICMS

Altera dispositivos da Resolução nº 014, de 10 de julho de 2015, que concede tratamento tributário às operações realizadas pelas empresas que especifica.

RESOLUÇÃO N.º 021, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa JBS S.A.

RESOLUÇÃO N.º 022, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015- ICMS

Concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa JBS S.A.

RESOLUÇÃO Nº 024, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2015- ICMS

Altera dispositivos da Resolução nº 002, de 02 de março de 2012, que concede tratamento tributário às operações que especifica, realizadas pela empresa BEBIDAS DUELO LTDA.

RESOLUÇÕES – CONSUN/UEPA

RESOLUÇÃO Nº 2763, DE 29 DE OUTUBRO DE 2014 – CONSUN/UEPA.

Altera a Resolução nº 2391/11-CONSUN, que trata das Normas para o Desenvolvimento do Programa de Mobilidade Acadêmica em Nível de Graduação entre a Universidade do Estado do Pará e Instituições de Ensino Estrangeiras Conveniadas ou não Conveniadas.

RESOLUÇÃO Nº 2796, DE 19 DE JANEIRO DE 2015 - CONSUN/UEPA

Altera a Resolução nº 2658/14-CONSUN que regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral com Dedicção Exclusiva - TIDE no Âmbito da Universidade do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 2910, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015- CONSUN/UEPA

Aprova a Alteração da Resolução 374/00-CONSUN, que trata do Estatuto da Universidade do Estado do Pará.

RESOLUÇÕES – OAB

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 26 DE MAIO DE 2015 - OAB

Estabelece diretrizes da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará às Instituições de Ensino Superior - IES do Estado do Pará referente à metodologia de constituição e funcionamento dos Núcleos de Prática Jurídica.

RESOLUÇÃO Nº 25 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014 - OAB

Dispõe sobre a criação da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Breves.

RESOLUÇÃO Nº 26 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014 - OAB

Dispõe sobre a nomeação da Diretoria da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil no município de Breves.

RESOLUÇÃO Nº 32 DE 25 DE AGOSTO DE 2015- OAB/PA

Dispõe sobre autorização do Conselho Seccional para a convocação, pelo Presidente da OAB/PA, dentro do prazo legal e mediante Edital resumido, das Eleições dos membros dos órgãos da OAB/PA (triênio 2016/2018), bem assim nomeação da respectiva Comissão Eleitoral.

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 27 DE OUTUBRO DE 2015- OAB/PA

Fixa o valor da anuidade, formas de Parcelamento e Pagamento, Multas e preços para o Exercício Financeiro de 2016, no Âmbito da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Pará, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 02/2015- OAB

Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

RESOLUÇÕES – CSPD

RESOLUÇÃO Nº 139, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014 – CSPD (REPUBLICAÇÃO)

Renomeia e extingue Defensorias Públicas de 1ª entrância, as remaneja para Defensorias Públicas de Substituição e as declara vagas para fins de concurso público e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 140, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014 – CSPD (REPUBLICAÇÃO)

Define o quantitativo de vagas por entrância e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 141, DE 1º DE OUTUBRO DE 2014 – CSPD (REPUBLICAÇÃO)

Regulamenta o conceito de atividade jurídica para concursos públicos de ingresso na carreira de defensor público do Estado do Pará e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 147, DE 11 DE MAIO DE 2015 - CSPD

Altera a Resolução 101 CSPD, de 11 de junho de 2012 que Institui e regulamenta a atividade de professor, instrutor ou palestrante, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 148, DE 25 DE MAIO DE 2015.-CSPD

Cria e estabelece o processamento do Procedimento Administrativo Preparatório para Atuação na Tutela Coletiva (PAPATC), no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Pará, para fins de uniformização e otimização das atividades institucionais.

RESOLUÇÃO – CONSEP

RESOLUÇÃO Nº 244/2014 – CONSEP

Alteração do Art. 11, da Resolução Nº 220/13-CONSEP, de 28/06/2013, homologada pelo Decreto nº 823, de 06/09/2013.

RESOLUÇÃO Nº 252/14 – CONSEP

Alterações da Resolução nº 220/12 - CONSEP, de 28/06/2013, homologada pelo Decreto nº 823, de 06/09/2013.

RESOLUÇÃO Nº 254/14 – CONSEP

Competência do CPC “Renato Chaves”, para expedição de Guia de Translado de Restos Mortais Humanos no Estado do Pará.

RESOLUÇÃO Nº 276/CONSEP-2015

Alteração das Normas para Concessão e Utilização da Medalha do “Mérito de Ensino Integrado de Segurança”, dispostas no Anexo da Resolução nº097/05-CONSEP, de 31/08/2005.

RESOLUÇÃO Nº 283/CONSEP-2015

Instituição e constituição de Comissão Técnica elaboradora do Ante-Projeto do Regimento Interno da Ouvidoria do SIEDS.

RESOLUÇÃO Nº 284/CONSEP-2015

Instituição e constituição de Comissão Técnica elaboradora do Ante-Projeto Disque Denúncia do SIEDS.

Expediente:

Coordenadora do Centro de Estudos: Iêda Fernandes

Responsáveis pelo Ementário: Iêda Fernandes e Alessandra Oliveira -
cestudos@pge.pa.gov.br